

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE DIREITO

SANDRA MARA ALVES DOS SANTOS

**DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO À MULHER COM O ADVENTO DA LEI MARIA
DA PENHA**

CURITIBA
2012

SANDRA MARA ALVES DOS SANTOS

**DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO À MULHER COM O ADVENTO DA LEI MARIA
DA PENHA**

Monografia apresentada como pré-requisito para
conclusão do curso de graduação de bacharel, da
Faculdade de Direito da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Msc. Priscilla Plachá Sá.

CURITIBA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA MARA ALVES DOS SANTOS

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO À MULHER COM O ADVENTO DA LEI MARIA
DA PENHA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel
no Curso de Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Msc. Priscilla Plachá Sá
Orientadora – Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

Profa. Dra. Clara Maria Roman Borges
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

Prof. Msc. Rolf Koerner Junior
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

Curitiba, 19 de dezembro 2012.

Dedico esse trabalho a Deus por todo o meu viver, a meus pais, Adão e Regina, que mesmo ausentes ainda os tenho em eterna lembrança, ao meu amor, Claudinei, companheiro de todas as horas e que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, tristes ou alegres e a meus filhos Antonio Felipe e Gabrielle, razões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Msc. Priscilla Plachá Sá, pelo acompanhamento, orientação e atenção dispensada para elaboração deste trabalho.

Aos Professores Dra. Clara Maria Roman Borges e Msc. Rolf Koerner Junior pela composição da banca.

A minha chefe e também amiga, Dra. Roseli Maria Modesto de Melo Krug, que muito me ajudou nos 2 anos que trabalhamos juntas.

Aos meus amigos Tailaine e Thiago por estes 5 anos de convivência, ajuda e muitas risadas.

A todos os colegas de sala de aula, que sempre estiveram prontos para cooperar nos muitos e-mails e dicas recebidas.

“Se num dia de tristeza você tiver de escolher entre o mundo e o amor, escolha o amor e com ele conquiste o mundo”.
(Albert Einstein)

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. BREVE EXPOSIÇÃO HISTÓRICA SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE	3
2.1 A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA MULHER	7
2.1.1 O abalo da violência contra a mulher na família	9
2.1.2 A cultura de inferioridade e subordinação da mulher nas relações legitimadas pela mídia.....	11
3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA	18
3.1 A FINALIDADE PARA QUAL A LEI MARIA DA PENHA FOI CRIADA E SUA EFETIVIDADE DIANTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	19
3.1.1 Mecanismos urgentes de proteção e segurança da mulher contra o agressor	24
3.1.2 Atuação da lei Maria da Penha em seus 6 anos de enfrentamento à violência contra a mulher	28
QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISA EMPÍRICA NA DELEGACIA DA MULHER DE CURITIBA	33
4. A UTILIZAÇÃO DO DIREITO PENAL E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	41
4.1. PREVENÇÃO RETRIBUTIVA, ESPECIAL E GERAL DADA À FINALIDADE DA PENA CRIMINAL	48
4.1.1 Prisão em flagrante do agressor, perpetrador da violência doméstica	51
4.1.2. Características do autor e acusado da violência contra a mulher	54
5. VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E AUTOESTIMA DA MULHER E DA FAMÍLIA ..	58
6. CONCLUSÃO	61
7. REFERÊNCIAS.....	63
8. DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – RELAÇÕES FAMILIARES.....	40
GRÁFICO 02 – DELITOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	40
GRÁFICO 03 – RECORRÊNCIA DOS FATOS.....	41
GRÁFICO 04 – CONSEQUÊNCIAS DA AGRESSÃO.....	45
GRÁFICO 05 – CONHECIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA.....	46

RESUMO

O presente trabalho objetivou verificar a situação da mulher na sociedade e o correlacionamento existente entre a discriminação, a desigualdade do gênero feminino e o desenvolvimento da violência nas relações interpessoais, buscando questionar em que medida a adoção da lei “Maria da Penha”, a lei de proteção da mulher, tenta resolver os conflitos domésticos. Para isto, analisou-se o desenvolvimento dos papéis feminino e masculino, percorrendo os modos de vida patriarcais das sociedades antigas, focalizados no chefe de família, o *pater famílias*, como membro soberano do império, detentor de direitos e obrigações nas comunidades romanas. A subordinação e inferioridade do gênero feminino desenvolveu-se preponderantemente nos modos de vida da antiguidade, nas sociedades coloniais patriarcalizadas e hierarquizadas que subjulgavam a mulher a ocupar espaços inferiores nas relações privadas. Da família antiga à atual, passando pelas formas de vida das populações, seus relacionamentos privados e domésticos, forneceram a base para as diversas formas de exteriorização da violência, depositando na mulher o fardo das agressões tanto físicas como morais perpetradas pelo companheiro, marido, namorado ou outros que vivessem ou não em intimidade com a vítima. A violência fez ressurgir problemas na família, tanto para os filhos como para o casal de ordem psicológica, dependência alcoólica ou de drogas e outros entorpecentes devido à condição e à realidade social dos envolvidos. Buscou-se analisar qual o entendimento da nova lei de proteção à mulher, quais os seus mecanismos de segurança contra a violência, estudando no comportamento do parceiro e da mulher, bem como as dificuldades enfrentadas pelo casal que viessem a contribuir para que se perpetuassem manifestações de todas as formas de violência na vida conjugal.

Palavras chaves: mulher, discriminação, subordinação, violência doméstica, lei “Maria da Penha”.

ABSTRACT

This term paper aimed to verify the woman situation in society and the relationship between prejudice, female gender inequality and the development of violence in interpersonal relations, in order to question the ways in which the “Maria da Penha” Law – women protection law – try to solve home conflicts. That for, it analyzed the development of male and female roles, since ancient societies patriarchal ways of life, focused in the chief of the Family, the *pater familias*, as the sovereign member of the Empire, owner of rights and obligations in the Roman communities. The subordination and inferiority of the female gender developed itself mainly in ancient ways of life, in colonial patriarchal and hierarchical societies, which subjugated women to occupy inferior spaces in private relationships. From the ancient to the current family, passing through population forms of life, its private and domestic relationships, it has been given the basis to many ways of violence externalization, putting into women the burden of aggressions, both physical and moral, perpetrated by her partner, husband, boyfriend or others, whether they lived or not in intimacy with the victim. Violence brought back problems in family, both to the kids and to the couple, such as psychological disorders and alcoholic and drug addiction, due to the conditions and social reality of those involved. It pursued to analyze the understandings of the new woman protection law, which are its safely mechanisms against violence, studying the partner and the woman behavior, as well as the difficulties faced by the couple, all of which contributed to the perpetuation of all ways of violence in couple life manifestation.

Keywords: woman, prejudice, subordination, domestic violence, “Maria da Penha” law

1. INTRODUÇÃO

Diferentes percursos, ao longo da história, têm definido a ascensão da mulher na sociedade: desde a concepção da liberdade, antes restrita ao âmbito familiar e privado, em que somente emanavam questões do então exclusivo *pater familiae*, alto membro da família romana e o único detentor de direitos e obrigações, até os avanços em direção à inclusão da mulher na vida pública e de sua conquista da participação na sociedade e aquisição de direitos anteriormente exclusivos a ala masculina.

Desde as sociedades antigas, preponderou o papel atribuído à mulher de subordinação e submissão, estando relegada ao recanto do lar, restando-lhe o dever de cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos, permanecendo longe da vida pública, reservada, em princípio, somente a indivíduos do sexo masculino.

Por muito tempo, sobreviveu o modo de vida patriarcal, hierarquizado, nas sociedades. O que se demonstravam, no mais das vezes, eram as diversas formas de opressão do gênero, seja no lar, profissionalmente ou em outras relações privadas, observando práticas machistas de ofensa e desrespeito à mulher enquanto ser humano digno de ascensão. Desta maneira, desejando reverter este quadro de ofensa ao gênero, foi que se estabeleceram formas de emancipação e inclusão das mulheres em vários setores da sociedade.

Nesta perspectiva de inclusão das mulheres, o movimento feminista se estabeleceu e reivindicou poderes, condenando qualquer forma de discriminação ou tipo de violência. Sob o argumento de fim à submissão e opressão de gênero, o movimento emprega uma busca por direitos, estabelecendo um novo olhar pelos problemas enfrentados na diferença de gênero.

A opressão e violência contra a mulher estão entre os maiores problemas enfrentados pelo gênero, principalmente aquela praticada em âmbito doméstico e familiar, perpetrada pelo cônjuge, companheiro ou outro nas relações privadas. Atualmente estabeleceu-se uma nova concepção para abordagem e discussão da violência nas relações conjugais, saindo da esfera privada, onde esteve por muito tempo e foi tratado como problema intra-familiar, não admitindo nenhuma

intervenção estatal, para ser tratada como problema público extra-familiar, repassando ao Estado o dever de cuidar e tratar deste mal na sociedade.

Nesta nova concepção, trazida à realidade em princípio pelo movimento feminista e também por denúncias das vítimas da violência, é que o Estado Brasileiro se viu obrigado a tomar providências no sentido de pretender acabar (erradicar) com todas as formas de opressão, desrespeito e agressão contra o gênero, como forma de assegurar à mulher a garantia de uma vida livre de violências.

A reivindicação de direitos e garantias de proteção e segurança da mulher, antes suprimidos pela ordem legal, é pressuposto marcante para o advento de leis que estabeleçam a emancipação e liberdade das mulheres. É neste contexto de emancipação e liberdade que se trarão discussões acerca da violência de gênero e do papel da mulher na sociedade, sobretudo no enfoque acerca da plublicização e da finalidade da Lei 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha¹” e da proteção da mulher pelo Estado, demandado por ela, sobretudo exigindo uma atitude positiva das autoridades: desde o primeiro atendimento feito por policiais até o encaminhamento dos fatos ao judiciário.

O comportamento do companheiro, do marido, que na esfera da lei passa a assumir o papel de agressor, isto é, de autor da violência praticada contra a mulher, é tarefa importante para se compreender o modo de vida, a submissão, a convivência do casal e as causas da violência doméstica na família, permitindo elucidar as bases da utilização de um Direito Punitivo e Retributivo, na solução dos conflitos que envolvem a família.

¹ A Lei recebeu tal nome devido à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de intermináveis agressões e violências praticadas pelo marido, vindo a se tornar paraplégica por conta de uma delas e que somente pode ver a prisão efetiva de seu marido, passados 19 anos desde a pratica do fato.

2. BREVE EXPOSIÇÃO HISTÓRICA SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE

Historicamente, as relações e o espaço intra-familiar foram interpretados como restritos e privados, cabendo somente ao homem, considerado chefe de família, regular questões sociais, econômicas, financeiras e outras que se fizessem necessárias para a manutenção e ordem da família. Paralelamente, à mulher restavam as funções domésticas, o trato da casa e dos filhos e a manutenção da tranquilidade no lar. Aliada a estas questões, a discriminação perfazia a relação do casal: à mulher era sempre atribuído o papel de dona do lar, da casa, da educação e dos filhos, de ficar adstrita e submissa ao homem, de suportar privações e por vezes violências sem contestações.

A opressão vivida pelo gênero foi, durante muito tempo, circunscrita ao âmbito privado e doméstico, tendo como base os fatores culturais impostos pela sociedade patriarcal que reconhecia ao homem toda uma carga de direitos e garantias na vida pública e para suas mulheres somente o âmbito privado dos afazeres domésticos.

Debatida por muitos, a questão do gênero na sociedade era de ordem privada, restrita ao âmbito familiar e doméstico, isto quer dizer: os homens, em grande parte, desejavam mulheres que se colocassem inteiramente a serviço das crianças e da família, e para suas mulheres cabia-lhes o dever de aliviar o homem dos encargos da família, poupando dos problemas e conflitos familiares cotidianos².

Tratada anteriormente como uma questão banal, a sociedade acreditava ser a violência doméstica fator normal na família: o pai, marido, soberano, detinha o poder e controlava a família a seu modo, sendo que contra ele nada poderia ser dito ou feito. Suas ações, no que dizia respeito à família (mulher e filhos), eram restritas ao âmbito privado e familiar.

A história da mulher na sociedade remonta ao antigo Império Romano, onde por muito tempo vigorou a função do *pater familiae*, membro soberano e detentor do poder familiar, de preferência homem provedor, incumbido de administrar os bens da família e a inclusão dos filhos homens na sociedade, bem como realizar providência

² SOLIZ, Neusa. **A mulher no século XXI: um estudo de caso, a Alemanha / organização e tradução de Neusa Soliz.** – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Instituto Goethe, 1988, p. 20.

ou escolha acerca do casamento das filhas. Às mulheres, restava o recanto do lar, a submissão, a castidade e a devoção ao *pater familiae*, pois ele era o membro maior, aquele a quem a todos era imposto o dever de respeitá-lo.

O pai de família é um esposo, dono de patrimônio, senhor de escravos, patrono de libertos e clientes; por uma espécie de delegação que lhe faz a cidade, exerce direito de justiça sobre os filhos e filhas e esse conglomerado de poderes heterogêneos não saiu de uma unidade primeira³.

O homem romano detinha poder de pai ou de marido, poder como espécie de instituição primordial advinda da superioridade de força sobre a mulher ou sobre os filhos⁴. Para descrever o poder do marido sobre a esposa, os romanos utilizavam da expressão “*manus*”, também conservada pelos jurisconsultos.

Na Antiguidade, aos homens eram reconhecidos vários direitos pelas leis gregas e romanas, dentre eles: o pai era o chefe supremo da religião doméstica, tinha supremacia sacerdotal, era o sacerdote do lar, tinha direitos de reconhecer a criança no ato do nascimento ou de rejeitá-la, de repudiar a mulher, em caso de esterilidade ou de adultério, de casar a filha e o filho, podendo ceder a outro o poder que tinha sobre a filha, direito de emancipar, de adotar e o direito de designar, ao morrer, um tutor para a mulher e os filhos⁵.

No antigo modelo patriarcal e patrimonialista, a mulher era tratada como ser inferior, vivendo à sombra do homem, razão pela qual, tanto no direito grego, como nos direitos romano e hindu, todos acreditavam e tinham para si crenças religiosas que concordavam em considerar a mulher como ser inferior.

A lei de Manu diz: “A mulher, durante a infância, depende do pai; durante a juventude, do marido; por morte do marido, depende dos filhos; se não tem filhos, depende dos parentes próximos do marido, porque uma mulher jamais se deve governar a sua vontade”⁶.

Somente pelo casamento, a mulher viria a adquirir alguma personalidade, desde que estivesse ligada a do marido: “o casamento é que constituía a subordinação e, ao mesmo tempo, a dignidade da mulher⁷”. Para as sociedades

³ ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. **História da Vida Privada Vol. 1 Do Império Romano ao Ano Mil**, 1990, p. 81.

⁴ COULANGES, Fustel. **A Cidade antiga**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros, 2006, p. 58.

⁵ COULANGES, F. idem, p. 135.

⁶ COULANGES, Fustel. **A Cidade antiga**. Trad. Frederico O. P. de Barros, 2006, p.128-129.

⁷ COULANGES, F. idem, p. 130.

antigas, o casamento era uma entidade valorativa, imbuída de obrigações recíprocas, porém em sua maior parte era dado à mulher o caráter obrigatório de zelar pelo matrimônio: “O casamento diz Sêneca, consiste de uma troca de obrigações, desiguais, talvez, mas diferentes, sendo a da mulher obedecer⁸”.

A esposa será a menos companheira desse senhor que o objeto de uma de suas opções. Tanto será um objeto que dois senhores poderão repassá-la amigavelmente: Catão da Útica, modelo de todas as virtudes, emprestou a esposa a um amigo e mais tarde casou-se novamente com ela, abiscoitando de passagem uma herança imensa; um certo Nero “prometeu” (era o termo consagrado) sua esposa Lúvia ao futuro imperador Augusto. O casamento é apenas um dos atos da vida, e a esposa não passa de um dos elementos da casa, que compreende igualmente os filhos, os libertos, os clientes e os escravos. “se teu escravo, teu liberto, tua mulher ou teu cliente ousam replicar, tu te enraiveces”, escreve Sêneca⁹.

As relações eram meramente patrimoniais, sendo fortemente marcadas por relações de poder e por discriminações étnicas, etárias e de gênero: o homem exercia poder sobre seu patrimônio material e pessoal.

Por muito tempo sobreviveu a supremacia do *pater familiae* na sociedade, porém com o avanços técnicos e culturais, das revoluções ocorridas e sobretudo dos modos diferentes de pensamentos, é que se levantaram clamores para uma significativa mudança, especialmente do papel da mulher, de sua saída do âmbito privado e doméstico, para seu ingresso na vida pública, como sujeito detentor de direitos e obrigações. “Em síntese, espaço público/papéis patrimoniais – estereótipos do pólo da atividade: ao patrimônio, o cuidado dos bens. Espaço privado/papéis matrimoniais – estereótipos do polo da passividade: ao matrimônio, o cuidado do lar”¹⁰.

As transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX contribuíram significativamente para o surgimento de movimentos liderados por pensadores da época que pregavam a busca pela liberdade e a reivindicação de direitos.

É significativo que a perspectiva transdisciplinar dos estudos pós-coloniais, que tratam sobre a subalternidade no mundo contemporâneo, tomam a hierarquia de gênero, a subordinação feminina, como um protótipo a partir

⁸ ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. **História da Vida Privada Vol. 1 Do Império Romano ao Ano Mil**, 1990, p. 56.

⁹ ARIÈS, P. DUBY, G. Idem, p. 50.

¹⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher: a soberania patriarcal**. 2002. p. 174.

do qual pode-se compreender melhor o fenômeno do poder e da sujeição a este.

(...)

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas¹¹.

Neste contexto de busca e entendimento das diversas formas de opressões e submissões do gênero é que se propagaram diferentes movimentos, denominados liberais, participativos e inclusivos. Entre eles, eis que surge o movimento feminista com a prerrogativa de emancipação e libertação das mulheres, pregam o acesso das mulheres à vida pública e à participação na sociedade, reivindicando o fim da opressão e das práticas denominadas machistas, de submissão da mulher à vida doméstica e familiar.

Reivindicando a igualdade de direitos civis e políticos, acesso à educação superior e melhores oportunidades profissionais, esses movimentos eram constituídos por mulheres de camadas média e superior, identificadas com a burguesia e com o liberalismo econômico¹².

É notável que, mesmo antes destas profundas transformações, já houve práticas de destacamento de mulheres, dentre estas, as que se ofereceram para contribuir nas lutas sociais ocorridas no país, como por exemplo, uma das batalhas enfrentadas na Paraíba, onde um grupo considerável de mulheres desejava lutar ao lado dos homens em busca da Independência do Brasil, em meados do século XVII.

Nós, posto que conheçamos a fraqueza do nosso sexo, contudo não cedemos nem em valor, nem em patriotismo, ao mais intrépido e guerreiro cidadão, que estamos na firme resolução (se preciso for) de unidas aos nossos esposos, pais, filhos e irmãos, lançando mão das armas e fazermos a mais cruenta guerra aos sectários do nefando despotismo¹³.

Em meio às insurgentes reivindicações feministas, as mulheres se destacaram como sujeito detentor de direitos e obrigações, advindo desta

¹¹ SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. 1998, p. 2.

¹² RONCAGLIO, Cynthia. **Relações de Gênero, Espaço Público e Feminismo**. In: **Mulheres na História: Paraná, séculos 19 e 20**. 1997, p. 71.

¹³ Brasil, 500 anos em documentos. **O primeiro manifesto das mulheres brasileiras**. (Org.) Ivan Alves Filho, 1999, p. 164.

prerrogativa toda ordem de manifestações contrárias à discriminação e à violência ou a qualquer forma de arbitrariedade imposta à mulher.

Nessa perspectiva de mudanças e transformações, a história da mulher na sociedade suscitou diversas questões a serem levantadas para a compreensão e entendimento dos problemas enfrentados pela discriminação, opressão e violência de gênero.

A submissão da mulher, sua força de trabalho, a conciliação entre o trabalho, vida íntima e família, o relacionamento com os pais, com o marido, companheiro e os filhos demonstra peculiaridades vividas pela mulher, dentre elas, a violência sofrida aceita e, por vezes, oculta, dificulta sua proteção.

A mulher, que no passado encontrou dificuldades para inserir-se na sociedade e ser igual ao homem em direitos e obrigações, ainda hoje sofre com as desigualdades tanto no âmbito doméstico e conjugal como também em relações particulares.

A abordagem do gênero na sociedade há muito envolve questões culturais, privadas ou públicas, complexas, que demandam reconhecimento, seja por parte dos atores envolvidos diretamente na relação; o homem, a mulher, os filhos, a família, seja pela comunidade que anseia e busca uma sociedade justa e igualitária para todos.

2.1 A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA MULHER

Afora a questão das desigualdades, sejam elas trabalhistas, econômicas ou sociais, um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres é a discriminação e a violência de gênero, sejam elas no âmbito familiar ou doméstico, nas relações profissionais ou até mesmo em relações interpessoais com terceiros.

Mesmo tendo conquistado espaços na sociedade, anteriormente reservados somente aos homens, muitas mulheres ainda sofrem os preconceitos de uma sociedade hierarquizada primitivamente. São mulheres que sofrem pela discriminação étnica, de gênero, por questões de desigualdade e, em sua grande

maioria, pela banalização da violência praticada contra as mesmas dentro do seio familiar.

Desejando obter dados da violência contra a mulher, institutos, fundações e ong's coletaram quantitativamente percentual de violência praticada contra a mulher por seus companheiros no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo¹⁴ com o intuito de levantar informações da violência física, moral e psíquica sofrida pelas mulheres, apontou dados alarmantes da situação vivida por muitas mulheres brasileiras em relação à violência doméstica.

Uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem.
A cada 15 segundos uma mulher é espancada por um homem no Brasil.
Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem.
Um terço das mulheres (33%) admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% de ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir, de 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso).
27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual. Um pouco mais da metade das mulheres brasileiras declara nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de algum homem (57%).

Em outra pesquisa, realizada pela ONG Promundo, em comunidades de baixa renda e classe média do Rio de Janeiro, com jovens do sexo masculino de 17 a 24 anos, revelou que 53,9% dos entrevistados admitiram a possibilidade de usar a violência para defender a própria honra, enquanto 25% relataram ter usado a violência física contra mulheres em relacionamentos recentes¹⁵.

Infelizmente os dados apontam que somente uma parcela da população feminina denuncia a violência. A grande maioria sofre calada, com medo; seja do parceiro, quando há ameaça caso venha a denunciá-lo, ou medo porque o ama e não quer perdê-lo, medo de perder os filhos, medo de críticas da família, dos amigos, enfim, são vários medos que podem influenciar para que a mulher não denuncie a violência.

Muitas mulheres suportam as humilhações, ofensas, privações e ameaças para não enfrentar a realidade, do que pode vir a acontecer na vida social e

¹⁴ Realização: Fundação Perseu Abramo. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em 30/08/2012.

¹⁵ FREIRE, Nilcéa. **A paz começa em casa**. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/noticias/...>> Acesso em 24/07/ 2012.

doméstica. Ainda apavora-lhe a ameaça de perda dos filhos, de enfrentar a família e do desgaste de sua vida íntima exposta nas Delegacias e Tribunais.

Atualmente e, não raro, ainda persiste socialmente, o entendimento da naturalidade da violência contra a mulher nas relações privadas, o que ofusca a visão do problema e banaliza as agressões, gerando uma alta impunidade dos agentes de violência perpetrada no ambiente familiar.

2.1.1 O abalo da violência contra a mulher na família

O problema da violência é que ela não só afeta a maioria das mulheres, mas também as demais pessoas envolvidas nesta relação, principalmente os filhos e familiares mais próximos são os que mais sofrem, e, geralmente, por estarem muito envolvidos na situação da violência, acabam por internalizá-la individualmente ou externalizá-la em outras relações.

É verdadeiramente inconcebível que, diante de uma vida aliada à violência física e moral, os pais ainda tenham de submeter os filhos a presenciarem constantes cenas de agressões, violências físicas ou verbais. “Na quase totalidade dos casos, essa violência estará envolvendo os filhos, sobretudo crianças em tenra idade ou adolescentes¹⁶”.

O meio violento vivenciado pela criança pode vir a se tornar fonte futura de transtornos psíquicos que transpareceram na adolescência ou vida adulta. A criança por si já sofre, porque o que ela menos quer é a separação dos pais, ainda se for aliada a eventos de agressões e violências, pior será para ela enfrentar a questão. “Por esta razão, é importante enfatizar que a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno social grave, que traz inúmeras consequências físicas e psicológicas para as vítimas e também para as crianças e adolescentes que a presenciam¹⁷”.

A criança, ao presenciar várias cenas de violência acaba internalizando certos atos, condutas que podem vir a ser desencadeadas e exteriorizadas em

¹⁶ KATO, Shelma Lombardi de. **Lei Maria da Penha: uma lei constitucional para enfrentar a violência doméstica e construir a difícil igualdade de gênero**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 275.

¹⁷ MORGADO, Rosana. **Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento**. 2006, p. 310.

outras situações. É o caso, por exemplo, de homens que se tornam violentos, por entenderem e acreditarem ser natural aquele comportamento. São crianças que conviveram com cenas em que o pai submete à mãe a diversas formas de opressões, privações e violências e nada ser feito, acabando por decidirem, quando adultos, que a melhor forma de manterem uma relação é estabelecerem o mesmo tratamento com suas parceiras. Desde cedo, desenvolvem comportamentos agressivos e violentos, exteriorizando formas de agressões presenciadas na infância, adolescência, juventude e solidificando-se na fase adulta¹⁸.

Diante deste fato, raro não é que crianças e adolescentes sejam também vítimas das diversas formas de violência, ainda que não venham a senti-las fisicamente, mas internamente esta violência gera para a criança profundo mal estar psicológico e o desenvolvimento de sentimentos que podem acarretar em uma violência futuramente externalizada. Não são raros os casos de adolescentes ou jovens que, durante toda a vida, presenciaram cenas do pai agredindo a mãe e desenvolveram mágoas, raivas e ressentimentos, até chegarem a certa idade e não aguentarem mais aquela situação, fazendo justiça com as próprias mãos, acreditando ter salvo a mãe daquele mal sofrido e injusto.

A violência na família é fatal para o desenvolvimento físico e psíquico da criança. A criança submetida a diversas formas de violência na família pode vir a desenvolver transtornos mentais e a gerar condutas desviantes, o que provocara serias consequências para sua vida futura. Dos problemas familiares, podem surgir dificuldades de aprendizagem na escola e também em relações com outras crianças ou adultos¹⁹. Acrescenta-se a isto o fato de a violência doméstica fornecer as bases para que se estruturam outras formas de violência, que acabam por produzir experiências de brutalidades na infância e na adolescência, geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves.

Além das marcas físicas, a **Violência Doméstica** costuma causar também sérios danos emocionais. Normalmente é na infância que são moldadas grande parte das características afetivas e de personalidade que a criança carregará para a vida adulta. Acontece que as crianças aprendem com os

¹⁹ WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**, 2006, p. 20. Diz a autora: “Na minha experiência clínica, com pacientes de diferentes classes sociais, constatee que em torno de 10% dos casos encaminhados para diagnóstico psicopedagógico tinham sua causalidade básica em problemas do paciente, oriunda de sua história pessoal e familiar”.

adultos, normalmente e primeiramente dentro de seus lares, as maneiras de reagirem à vida e viverem em sociedade. As noções de direito e respeito aos outros, a própria auto-estima, as maneiras de resolver conflitos, frustrações ou de conquistar objetivos, tolerar perdas, enfim, todas formas de se portar diante da existência são profundamente influenciadas durante a idade precoce. É assim que muitas crianças abusadas, violentadas ou negligenciadas na infância se tornam agressoras na idade adulta. Alguns indícios de mau desenvolvimento de personalidade podem ser observados em idade precoce. Algumas dessas características podem ser manifestadas por dificuldades para se alimentar, dormir, concentrar-se. Essas crianças podem começar a se mostrarem exageradamente introspectivas, tímidas, com baixa auto-estima e dificuldades de relacionamento com os outros, outras vezes mostram-se agressivas, rebeldes ou, ao contrário, muito passivas. Crianças que estão atravessando problemas domésticos relacionados à violência invariavelmente apresentam problemas na escola e no grupo social ao qual pertencem. Podem, não obstante se recusarem a falar sobre esses problemas, quer com o adulto que cometeu a agressão, quanto com familiares e professores. Falta-lhes confiança nos adultos em geral²⁰.

As relações desiguais de poder entre homens e mulheres, a discriminação contra a mulher e a banalização da violência cotidiana demonstram a reprodução de um sistema de crenças e valores impregnado de preconceitos e estereótipos. A violência e subordinação da mulher se internalizam cotidianamente nas relações fazendo com que os sofrimentos, tanto da mulher como dos filhos, sejam minimizados²¹, além de submeter à mulher a ocupar um lugar inferior ao homem nas relações, perfazendo um ambiente inóspito para a educação e criação dos filhos de um casal propenso a repetidas cenas de agressões verbais ou físicas.

2.1.2 A cultura de inferioridade e subordinação da mulher nas relações legitimadas pela mídia

Ainda que se desenvolvam variadas políticas e tentativas de acabar com a violência, o que se demonstra e transparece é que, ao mesmo tempo em que se pregam políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, há uma autorização e legitimação de uma cultura impregnada de preconceitos e estereótipos, submetendo o gênero-mulher a ocupar papel subalterno nas relações. É o que

²⁰ **Ballone GJ, Ortolani IV, Moura EC** - *Violência Doméstica* - in. PsiqWeb, Internet, disponível em www.psiqweb.med.br, revisto em 2008. Acesso em 19/11/12.

²¹ MORGADO, R. Obra citada, 2006, p. 317.

acontece quando se observam telenovelas, livros de romance e/ou mesmo histórias pronunciadas por terceiros.

As mulheres, como têm sido vistas nas telenovelas, são obrigadas a ocuparem papéis submissos ao homem, tendo o dever de sempre guardar fidelidade ao companheiro, em qualquer situação, e nunca contradizê-lo sob qualquer hipótese. Quando interpreta papéis diferentes, é considerada vilã e ao final tem o castigo merecido.

Retratando o atual problema brasileiro, uma emissora de TV, através da dramaturgia, trouxe ao público a discussão quanto à velada violência doméstica cometida contra a mulher e por consequência, conseguiu demonstrar a fragilidade da relação conjugal e o aspecto psicológico da vítima quando submetida à violência dentro de seu próprio lar, por seu companheiro.

A novela “Fina Estampa”, levada ao ar em 2011 pela Emissora Globo de Televisão, retratada através da obra de Aguinaldo Silva, trouxe em um de seus blocos, Celeste e Baltazar, protagonizados pelos atores Dira Paes e Alexandre Nero, personagens típicos de nossa cultura brasileira. Celeste, uma mulher pobre e humilde, que sofria frequentemente agressões do marido, tanto físicas como verbais, e aguentava tudo calada, por entender aquele comportamento como natural do companheiro. Já Baltazar, era homem rude, mal visto pela vizinhança, a mulher e a filha obedeciam-no sem pestanejar e além das agressões à companheira, por vezes também se voltava à filha do casal.

Por muito tempo, a novela arrastou-se nesta situação: brigas, discussões, violência, chegando até a suscitar notícias em outros meios de comunicação: “a Ministra Iriny Lopes sugeriu que Celeste personagem de Dira Paes, procure a Rede de Atendimento à Mulher quando for agredida pelo marido. ‘a ficção tem força para alertar a sociedade contra esse mal’, afirma a Ministra²²”.

Em temas que já trazem consigo, como vimos, uma ampla atenção e preocupação sociais são instrumentos imprescindíveis de tal processo comunicativo os meios de comunicação social. (...)

A esse respeito são especialmente ilustrativos os estudos sobre a formação da opinião pública, tanto os que, relacionados à determinação da agenda temática dos meios, estudam os mecanismos empregados para ressaltar, obscurecer ou priorizar certos temas, como os mais radicais que, baseados em como as notícias reconstroem socialmente a realidade, partem da

²² Fonte: <http://br.omg.yahoo.com/noticias/ministra-d%C3%A1-pitacos-novela-fina-estampa-121200205.html> Acesso em 28/08/12.

premissa de que sua seleção e configuração estão substancialmente determinadas pelos programas políticos que se quer desenvolver²³.

Com isto, pretendia-se que a novela, ao apresentar a personagem Celeste, vítima de frequentes agressões praticadas pelo marido, fosse capaz de reagir e, valendo-se da proteção legal, procurasse uma delegacia de polícia especializada, efetivamente a ação teria seus efeitos positivos.

A Ministra, preocupada com a situação da violência contra a mulher, divulgada em horário nobre pela novela, chegou a enviar um ofício para a empresa solicitando providências quanto à questão²⁴.

Assim se desenvolveu a trama: em meio a mais uma das agressões contra a esposa Celeste, Baltazar chegou a ser preso pela prática da violência contra a mulher. A trama, contudo, não gerou uma conscientização geral para o problema alertado e a situação resolveu-se com um pedido de desculpas do marido feito à mulher, para aceitá-lo em casa novamente, passando ao final a novela a buscar outros focos (como sempre em outros blocos da novela) o que acabou por revelar ao término a impossibilidade de transformar algo que está por demais enraizado na sociedade e que pode realmente acontecer.

²³ DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. Tradução de Luiz Regis Prado. 2005, p. 29.

²⁴ Rede Globo responde à sugestão da Ministra Iriny Lopes: “Entendemos que o seu ofício não representa uma tentativa de coibir a liberdade de expressão, mas sim uma colaboração dentro do espírito de parceria que tem marcado nosso relacionamento”, assim se manifestou Luis Erlanger, Diretor da Central Globo de Comunicação, em resposta à ministra Iriny Lopes da SPM, que sugeriu à empresa, que a personagem Celeste da novela “Fina Estampa”, ao sofrer nova agressão, procure o serviço da Rede de Atendimento à Mulher e Central de Atendimento à Mulher–Ligue 180 e que o personagem agressor seja responsabilizado. A manifestação da direção da TV Globo foi enviada através de ofício à ministra nesta quinta-feira (6/10). Segue a nota:

Prezada Ministra,

Nesta segunda-feira mesmo passamos a divulgar um aviso ao término dos nossos programas de teledramaturgia ressaltando que são obras coletivas de ficção baseadas na livre criação artística sem compromisso com a realidade. No entanto, mesmo quando a trama inspira-se em situações do mundo real, sempre procuramos nos cercar de elementos que permitam ao telespectador refletir e chegar ao seu bom juízo de valor. Entendemos que seu ofício não representa uma tentativa de coibir a liberdade de expressão, mas sim uma colaboração dentro do espírito de parceria que tem marcado nosso relacionamento. Bem exemplificado na recente campanha que criamos, produzimos e veiculamos sobre violência contra a mulher. Coincidentemente baseada em outra novela nossa “Mulheres Apaixonadas”. Ali também, como quase sempre, foi necessário focar o lado negativo antes de se construir o desenlace. Na verdade, a sintonia é tamanha que sua sugestão chega quando os capítulos com desenvolvimento dessa trama em “Fina Estampa” já foram produzidos com boa antecedência. Como se trata de novela, tomo a liberdade de não antecipar esses desdobramentos para não frustrar os telespectadores. Mas com certeza a ficção e a liberdade de expressão estarão em consonância com que se espera, aí sim, no mundo real.

Cordialmente,

LuisErlanger

CGCOM Central Globo de Comunicação. Fonte: **Comunicação Social SEPPIR/PR**. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br>> Acesso em 28/08/12.

É cediço que a opinião pública é fruto de uma tarefa especializada, e que é realizada pelo que se pode considerar um grupo de pressão, a mídia. No entanto, o nível de sua análise foi por muito tempo considerado incapaz de alcançar a profundidade necessária para satisfazer os requisitos de respeitabilidade social inerentes a todo programa de ação²⁵.

Tanto a “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher” (Convenção de Belém do Pará) como a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” apresentam dispositivos acerca de práticas ou formas que denigram ou abalem a imagem ou índole tanto de homens como mulheres.

Art. 5º Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para:
a) Modificar os esquemas e padrões de comportamento sócio-cultural de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de todos os preconceitos e práticas consuetudinárias, ou de qualquer outro tipo, que estejam baseados na inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em papéis estereotipados de homens e mulheres²⁶;

Entretanto, apesar de o Brasil ter ratificado a Convenção da ONU, desejando pôr fim às práticas que denegrissem a imagem da mulher na sociedade, o que se viu, e ainda se vê, é o descaso em relação à dignidade e honra da mulher. Basta olhar para as telenovelas, tanto as antigas como as recentes: não conseguem construir fatos que abordem e façam refletir sobre os problemas da realidade social do país. Vejamos, por exemplo, novela anterior à citada acima; (A Favorita - 2008), nessa teledramaturgia, Helena Ranaldi interpretava a personagem Dedina, professora, casada com o prefeito da cidade (atributo que, na novela, apresentava grande encargo: o peso de que a mulher do prefeito tem de ser perfeita, não pode ter falhas, tem de ser humilde, batalhadora, fiel e concordar com o marido em todas as situações). Seu marido Elias, interpretado pelo ator Leonardo Medeiros, era homem humilde, honesto, digno, fiel e batalhador, amigo de todos, e que, ao colocar o amigo Damião, interpretado por Malvino Salvador, em sua casa, teve confirmada ao final a infidelidade da esposa: Dedina apaixonara-se por Damião e acabara traindo o marido. Quando este descobre a traição coloca-a para fora de casa

²⁵ DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. Tradução de Luiz Regis Prado. 2005, p. 36.

²⁶ **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**, também conhecida pela sigla CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979.

escorraçando-a, a mulher é mal vista por todos e acaba virando mendiga, anda e dorme pelas ruas, sem ter para onde ir e ao final, nem o amante a quer mais e acaba ficando louca e muito doente. Por fim teve, segundo o senso comum, o castigo que mereceu, a morte. É assim o final em quase todas as novelas em que mulheres cometem adultério contra seus maridos e são mal vistas: o homem é considerado a vítima, o pobre coitado traído pela mulher. Contudo, homens que nas novelas interpretam papéis idênticos e cometem adultérios é considerado normal para a sociedade, sua atitude faz parte da virilidade do homem, e seu destino na trama acaba sendo recompensado.

Desde tempos remotos, a ideia de adultério é criticamente reprovada para as mulheres, tanto é que, desde o império romano, já se combatia, a duras penas, a prática.

O “fedor do adultério”, para retomar a expressão da lei dos burgúndios, era de tal modo reprovado que significava a expulsão imediata da mulher casada, a qual era em seguida estrangulada e jogada num pântano lamacento. Quanto aos galo-romanos, uma lei do imperador Majoriano permitia ao marido que surpreende-se os culpados matá-los imediatamente, “de um só golpe”. Entre os francos o costume era ainda mais estrito, pois não só marido como também sua família e a família da adúltera consideravam que tal ato constituía uma verdadeira mancha sobre toda a linhagem e devia acarretar a morte da culpada. Em outros casos ela é queimada viva ou submetida ao ordálio da água para se inocentar. – o adultério constitui uma verdadeira profanação da mulher e da descendência, portanto da sucessão vindoura. Toda união que despreza as condições sociais é impensável, porque dissolve a sociedade, da mesma forma que a mulher espontaneamente adúltera destrói a autenticidade de seus filhos e suprime o carisma do sangue²⁷.

A televisão, quando denigre a mulher, relega-lhes papéis submissos, subalternos ou subordinados; ao homem são lícitas determinadas condutas, já a mulher é sempre vista com maus olhos.

Alguns autores também tentaram demonstrar a situação de inferioridade e subordinação da mulher vista nos meios televisivos. É o caso de Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto que utilizando de comentários de Lênio Luiz Streck²⁸ citaram a degradação de valores éticos e sociais expostas nos meios de comunicação:

²⁷ ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. **História da Vida Privada Vol. 1. Do Império Romano ao Ano Mil.** 1990, p. 455.

²⁸ **O senso comum teórico e a violência contra a mulher: Desvelando a razão cínica do direito em Terra Brasilis.** Revista Brasileira de Direito da Família, n.16, p. 139. *Apud:* Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. Obra citada, p. 43.

Lênio Luiz Streck tece comentários e exemplifica uma situação na qual a mulher é tratada na forma que aqui se pretende coibir: “A presença colonizadora dos meios de comunicação de massa é fator importante para a manutenção de um imaginário discriminador, no interior do qual a honra da mulher, por exemplo, é tida como extensão da honra masculina. Basta ver como as novelas apresentam a mulher que pratica infidelidade, como, por exemplo, na novela “A próxima vítima”, assistida por 80% dos telespectadores brasileiros. Observe-se que, em uma das cenas, o pai – personagem interpretado por José Wilker – reúne seus filhos para explicar o porquê de ter efetuado, com uma faca, um profundo corte no rosto de sua esposa Isabela. Segundo ele, cortou-a porque esta o traíra (*sic*) com outro homem. Antes mesmo de terminar a explicação, foi interrompido por uma de suas filhas que enfática e compreensiva, confortou o pai: ‘Não precisa explicar, pai, ela mereceu’ (!). Isso em horário nobre para todo o Brasil (...)”.

A novela citada pelo autor foi levada ao ar em 1995. Observe-se que o tempo decorrido entre “A próxima vítima” e “A Favorita”, em 2008, foi de quase 13 anos. No entanto, nada mudou. Os papéis são praticamente iguais, e, em muitas outras novelas o que se percebe é quase a mesma coisa: as interpretações protagonizadas por homens e mulheres são sempre idênticas. Na literatura, também acontece o mesmo. É o caso, por exemplo, da estória de Capitu, escrita por Machado de Assis: sem saber se Capitu havia traído ou não Bentinho todos a condenam pelo comportamento, considerado na época (e ainda hoje) imoral para a mulher. Também Lima Barreto retratou, em varias de suas obras, a inferioridade da mulher na sociedade brasileira:

A situação de inferioridade da mulher na sociedade brasileira foi tema de muitas crônicas de Lima Barreto. Bateu-se contra a complacência dos tribunais absolvendo maridos ou amantes que tinham assassinado suas mulheres, mas criticou duramente em cerca de oito crônicas a entrada da mulher no espaço público²⁹.

Desta forma, perante inúmeras situações de descaso e afronta à dignidade da mulher, a Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, desejando derrubar por terra todos os estigmas da desvalorização da mulher na sociedade, tenta por meio da legislação coibir praticas que atentem contra a imagem e o desrespeito à mulher.

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

²⁹ Bocayuva, Helena. **Clara dos Anjos, o “gênero” e o “nervoso”**, p. 29.

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

A lei espera solucionar os embates da realidade social; contudo, a descon sideração da inferioridade, da submissão ou da violência contra a mulher situa-se em prol de uma justificação e autorização de uma cultura legitimada emblematicamente pelo povo, seja pelos meios televisivos, ou por outros, o papel relegado à mulher na sociedade foi construído a partir de práticas mantenedoras dos modos patriarcais vividos ao longo das décadas.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Diante deste quadro de opressão, violência e descaso ao gênero, foram implantadas políticas públicas, principalmente com o apoio do movimento feminista, com o intuito de combater as diversas discriminações e violências contra a mulher, de forma a proporcionar sua evolução em diversos campos. Dentre eles; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), a Convenção Interamericana para prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, foram alguns dos instrumentos internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro.

Em paralelo a esse processo legislativo internacional, organizações de defesa dos direitos humanos apresentaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA denúncia relativa à impunidade do crime cometido contra a farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes, paraplégica por consequência de duas tentativas de homicídio praticadas contra ela por seu marido, impune e, à época, em véspera de ser beneficiado com a prescrição. Reconhecendo a omissão do Estado Brasileiro, a comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, aceitou a denúncia contra o Estado brasileiro e determinou expressamente, além do julgamento do agressor, a elaboração de lei específica relativa a violência contra a mulher³⁰.

A violência de gênero e o papel da mulher na sociedade vêm gerando acirradas discussões. Paralelamente, demonstrou-se a necessidade de um instrumento protetivo com o intuito de oferecer e assegurar à mulher vítima de violência doméstica maior segurança e proteção pelo Estado. Surge, então, no Brasil; a Lei n. 11.340/2006, denominada “Lei Maria da Penha”.

Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, a Lei “Maria da Penha” incorporou o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica

³⁰ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha – Breve Histórico** disponível em: < <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico/>>. Acesso em 24/07/ 2012.

contra a mulher no Brasil, tornando efetivo o dispositivo constitucional que impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações” (art. 226, § 8º, da Constituição Federal). A Secretária Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, explicou os motivos que ensejaram a revisão legislativa da violência contra a mulher: “O nosso objetivo foi discutir a necessária revisão da legislação brasileira sobre a violência contra a mulher e fazer uma reflexão sobre o papel desses segmentos na prevenção e assistência à violência contra a mulher³¹”.

Em meio aos clamores e reivindicações (notadamente do movimento feminista), é que se buscaram novas formas de garantir a mulher uma vida digna e sem violência. Com esta missão, a Lei Maria da Penha, aprovada no ano de 2006, se anunciou com a prerrogativa de “resolver” a questão da violência contra a mulher; consolidando uma maior proteção pelo Estado.

A Lei ampliou a competência do Estado para qualquer tipo de violência, especialmente a violência doméstica cometida contra a mulher pelo marido, companheiro, ascendente ou descendente, consanguíneo ou afim, que vivessem em âmbito de coabitação ou hospitalidade com a vítima.

3.1 A FINALIDADE PARA QUAL A LEI MARIA DA PENHA FOI CRIADA E A SUA EFETIVIDADE DIANTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Com a alteração legislativa, mediante o desuso da Lei n. 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais Criminais, para os casos de violência doméstica e familiar, deixaram de ser da competência destes Juizados, e de ser encarada como infração de menor potencial ofensivo a violência cometida contra a mulher, no âmbito de suas relações privadas.

³¹ Por Nilcéa Freire, **Secretária Especial de Políticas para as Mulheres**, Presidência da República. Disponível em: < <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico/>>. Acesso em 24/07/ 2012.

As críticas à utilização da lei dos chamados JECrim's - Juizados Especiais Criminais, para os casos de violência contra a mulher eram muitas e as punições não bastavam para corrigir ou prevenir reincidências dos perpetradores de violência doméstica e nem repassar à vítima sensação de segurança. Contudo, estabeleceu-se, mesmo diante da difícil missão de se alcançar todos os objetivos propostos pela inovação da lei de violência contra a mulher, o uso somente de mecanismos da lei "Maria da Penha" para os casos de violência doméstica.

O descrédito na solução dos conflitos e as críticas na utilização da Lei 9.099/95 colaboraram para que definitivamente se abandonasse o encaminhamento dos casos de violência doméstica para o Juizado Especial Criminal, e ao final contribuíram para a adoção da Lei "Maria da Penha" como única legítima para os casos de violência contra a mulher.

Anteriormente, o que ocorria face à natureza da violência contra a mulher, era que quase a totalidade da demanda de casos de violência doméstica que chegavam aos aparelhos do Estado era encaminhada aos Juizados Especiais Criminais e, basicamente, ao final da decisão (como dito por muitos) a legislação anterior solucionava os conflitos de violência doméstica com pagamento de multas ou cestas básicas de valores irrisórios.

O acusado (nas situações de violência doméstica é convocado para comparecer a um JECRIM - Juizado Especial Criminal, onde poderá efetuar uma composição civil (reparação de danos com o consentimento da vítima) ou uma transação penal (caso seja frustrada a composição civil). De um modo geral a transação penal resulta em pagamento de multa, ou de uma ou mais cestas básicas a uma instituição assistencial, conforme o delito e o poder aquisitivo do acusado. Em nenhum dos dois casos o agressor perde a primariedade. Ileso, ele recebe, indiretamente, a informação de que o preço da violência é baixo. Não custa caro espancar a mulher. A sociedade, por sua vez, recebe a mensagem de que a violência pode ser negociada. Como um bem danificado, ela é conversível em valor monetário ou em espécie. Ao fim desse percurso, a vítima compreende então de forma oblíqua e dolorosa, que não vale a pena pedir ajuda³².

Definitivamente, a legislação anterior, tentando solucionar os conflitos com procedimentos técnicos e monetários, foi abandonada para os casos de violência decorrente do âmbito familiar e junto com ela abandonaram-se os institutos da conciliação, transação penal e suspensão condicional do processo, pelo

³² MUSUMECI, B. **O que acontece com as mulheres que apanham dos maridos**, p. 2. *Apud*: Morgado, Rosana. Obra citada, p. 322.

entendimento de que pagamento de multas ou cestas básicas não resolvia os problemas advindos da violência doméstica³³.

A intenção é ver o agressor cumprir pena de caráter pessoal, isto é, privativa de liberdade ou restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana ou interdição temporária de direitos), mais adequada ao tipo de crime (e autor) em análise³⁴.

Devido a estas questões, e em grande parte pelo aumento dos registros das vítimas de violência doméstica (já proclamada como calamidade pública), pelas inúmeras declarações de violência pelas mulheres, pelo incentivo dado às mesmas para que denunciassem seus parceiros, ressaltou-se a necessidade de maior proteção para o gênero feminino. Enfim, a Lei “Maria da Penha” foi implantada com a missão de suprir todas as demandas advindas das diversas formas de agressões contra as mulheres.

Com a finalidade de maior proteção da mulher pelo Estado, maiores atribuições das autoridades de segurança pública, e maior punição para o agressor, a Lei instituiu-se sem, contudo, avaliar as condições materiais da realidade social dos homens e mulheres envolvidos na violência.

A Lei que determinou medidas de cunho protetivo para a mulher e medidas penalizadoras, privativas de liberdade para os agressores, não contava com o surgimento de diversos problemas para seu enfrentamento.

Das questões que implicaram a adoção da novidade legislativa, não foi conferido papel relevante para a análise da violência cometida pelo companheiro-agressor, sobretudo de seu comportamento frente à violência contra a mulher, o modo de vida, a submissão, a convivência do casal e causas para a violência doméstica na família.

³³ SUCUPIRA, Fernanda – Carta Maior. **Sancionada nova lei de combate à violência contra a mulher**, 2006: Por conta dessas características, esses juizados não são adequados para julgar o crime de violência contra a mulher. Em dez anos de existência da lei 9.099, 70% dos casos que passaram pelos juizados especiais estavam relacionados à violência doméstica contra a mulher e 90% deles foram arquivados ou resultaram somente no pagamento de cestas básicas ou multas. Com a nova lei, fica proibida a aplicação de penas de cesta básica, de prestação pecuniária, multa ou similar a esses casos. Com a lei recém aprovada, essa violência deixa de ser descaracterizada como crime de menor potencial ofensivo e a pena de lesão corporal praticada contra integrante da família ou companheiro, que hoje é detenção de seis meses a um ano, passe a ser de três meses a três anos. Além disso, em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal pode ser decretada a prisão preventiva do acusado. Disponível em: www.cartamaior.com.br Acesso em 31/08/12.

³⁴ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. **Violência Doméstica (Lei Maria da Penha): Lei 11.340/2006**. Comentada artigo por artigo. 2007, p. 78.

Foram criados juízos específicos de competência da violência contra a mulher e as Delegacias Especializadas passaram a contar com um grande numero de registros, chamados e notificações devido à publicização da lei, aumentando significativamente a carga trabalhista dos agentes policiais, civis e militares, sem haver um estudo da estrutura funcional apta para o atendimento das vítimas, sem, contudo, avaliar as condições materiais, físicas, financeiras e psicológicas dos órgãos e agentes envolvidos nas competências.

A lei, com o intuito de assegurar proteção à mulher contra as diversas formas de violências atribuiu, aos órgãos e agentes incumbidos desta missão grande trabalho contributivo, de modo que suas tarefas consistissem em não somente minimizar, mas acabar com todos os sofrimentos e perturbações vivenciados pela vítima da violência doméstica.

A Lei 11.340/2006 trouxe várias alterações para o enfrentamento da violência contra as mulheres no plano jurídico. Na esfera da intervenção policial foram retomados os procedimentos de registro do boletim de ocorrência e instauração de inquérito policial, que prevê o prazo de 30 dias (10, se o agressor for preso em flagrante delito) para que eventuais testemunhas sejam localizadas e ouvidas, bem como sejam colhidas as versões da vítima e de seu agressor. Cuidou-se ainda de garantir que esses casos fossem retirados da competência da Lei 9.099/95, afastando-se formalmente a possibilidade de aplicação de pagamentos de cestas básicas e multas como desfecho para as ações judiciais. Além de ser vetada a aplicação de penas alternativas, a nova legislação prevê a possibilidade de prisão do agressor, seja em flagrante delito, como medida preventiva e/ou como parte da decisão condenatória.³⁵

Desta forma, atribuiu à autoridade policial, assim que tomasse conhecimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar, o dever de providenciar todos os atendimentos possíveis.

No que diz respeito à situação de constatar a violência doméstica, quando na presença de situação em flagrância delitiva, a autoridade, o policial deveria efetuar a prisão do agressor; determinar e acompanhar a saída da vítima e dos filhos, com a retirada de pertences pessoais do lar de convivência do casal, se assim ela o quisesse, bem como garantir-lhe transporte gratuito e encaminhá-la, quando na ausência de suprimento, a acomodações por familiares até a abrigos (determinados por lei) ou a outros lugares indicados por ela, tudo com o intuito de assegurar a

³⁵ PASINATO, Wânia. **Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão.** IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 343.

mulher vítima de violência doméstica proteção e segurança, conforme as garantias previstas na lei.

É inovador que a lei, ao estabelecer garantias para a segurança da vítima, dispôs de algumas formas um tanto diversificadas para pretender um alcance de proteção da mulher contra a violência doméstica. No entanto, são questões concretamente difíceis para se realizar. Parece que “o legislador revelou-se um tanto otimista ou pretensioso, divorciado mesmo da realidade fática do cotidiano”.³⁶

Tanto no que diz respeito à segurança e proteção da mulher, quanto a encaminhá-la a casas de abrigo ou outras, cabe ponderar, diante das atribuições diligenciadas pela lei, a situação precária vivenciada pela estrutura policial de atendimento à mulher em situação de violência: faltam equipamentos, pessoal capacitado e condições mínimas de trabalho, que aliados dificultam cumprir o disposto na lei.

O primeiro órgão, responsável pela segurança pública, no caso a polícia militar, não foi devidamente instruído no atendimento a ocorrências que envolvessem vítima de violência doméstica, decorrendo que muitos dos agentes que trabalham cotidianamente com este tipo de violência não sabem lidar com a situação, nem mesmo orientar as vítimas e os autores na questão e por vezes acabam por encaminhar os envolvidos para a delegacia sem ao menos orientá-los ou dar voz de prisão em flagrante para o suposto agressor. Já o segundo; a polícia civil, não agrega situações desejáveis, como: instalações físicas, materiais e equipamentos suficientes e em bom estado para atendimento ao público, e nem mesmo instrução aos policiais para um atendimento adequado e eficiente às vítimas que procuram as delegacias, e no mais estão todos sobrecarregados, saturados, frente aos vários chamados e demandas advindas da violência contra a mulher.

As atribuições delegadas pela lei para o combate da violência são tantas, que nem mesmo as duas polícias juntas, militar e civil, conseguem dar conta, sendo que por vezes a Guarda Municipal é chamada para dar atendimento a situações de violência e encaminhar os contendores até a Delegacia de Polícia.

Neste quesito, sabe-se que a mulher, ao procurar uma delegacia, está por vezes muito assustada e abalada pela situação e precisa antes de uma orientação jurídica, um apoio psicossocial. A depender do atendimento realizado, a vítima, pode

³⁶ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. Obra citada, p. 58.

sair mais arrasada do que quando entrou devido ao tratamento recebido pelo policial que a atendeu, podendo ocorrer do agente que venha atendê-la, encontrar-se sobrecarregado e estressado devido à grande carga de trabalho e não possuir estrutura psicológica suficiente para realizar um atendimento adequado à vítima.

É de rigor que se promova treinamento especializado aos policiais que exercerão suas atividades junto a tais unidades. Que se escolham pessoas que revelem aptidão para o trato da mulher e sensibilidade para abordagem dos problemas por ela suportados.

(...)

Muitas vezes as vítimas são mais maltratadas por policiais, com seu descaso, indiferença e desrespeito, do que pelo próprio vitimizador. A vítima é interrogada como se fosse culpada de um ilícito, sem qualquer contemplação, impondo-se-lhe uma agonia psíquica intolerável³⁷.

A situação dos chamados órgãos iniciais, aqueles que primeiro tomam conhecimento da violência, influi para um atendimento ineficaz às mulheres. Muitas vezes, os agentes não possuem sequer instrução ou algum conhecimento básico da legislação em vigor e acabam por reproduzir brutalidades frente a própria vítima e ao acusado da violência doméstica. É salutar que sempre que se requeira uma mudança legislativa, com aumento de encargos para os agentes estatais, dependa-se muitas vezes de uma estruturação básica a perfazer toda a capacitação logística e funcional apta ao atendimento dos casos da violência.

3.1.1 Mecanismos urgentes de proteção e segurança da mulher contra o agressor

Para que a vítima possa contar com mais segurança no desenrolar do inquérito e processo criminal, a lei n. 11.340/2006 estabeleceu medidas protetivas de urgência, como forma de proteger a mulher contra possíveis agressões do companheiro. Assim sendo, a mulher, tão logo fosse ameaçada, agredida ou violada sexualmente pelo acusado, poderia solicitar ao juízo competente medidas protetivas de afastamento do agressor ou dela própria do lar de convivência, pedido de alimentos ou ainda afastamento de até 500 metros de distância da vítima³⁸. Até

³⁷ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. Obra citada, p. 45.

³⁸ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. Obra citada, p. 90.

mesmo ligações telefônicas ou mensagens via internet não poderiam ser feitas, se ficasse evidente a aproximação do autor frente à ofendida.

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

Tais medidas representaram, no âmbito da lei, inovação legislativa, pois proporcionaram à mulher vítima da violência a possibilidade de acionar o aparelho estatal urgentemente para sua proteção. Também em outros países foi adotada como uma medida excepcional, em um descobrimento no aspecto da lei em impor mecanismos imprescindíveis para a segurança da mulher.

La orden judicial de protección de la víctima frente al agresor, consistente en la prohibición de comunicación o de aproximación o exigencia de alejamiento Del agresor respecto de la víctima es, curiosamente, un “descubrimiento” moderno, de matriz norteamericana, desarrollado específicamente para las violencias contra la mujer, que desde su aparición allí hace poco mas de 25 años ha tenido un éxito de difusión extraordinario, descendiendo en la primera mitad de los 90 por todo El continente hasta cubrir América Latina, con un salto no leve sobre la Republica mexicana, atravesando el oceano Atlántico y penetrando en la Europa continental y latina en la segunda mitad de dichos años, ya con carácter civil como en Austria, Alemania e Italia o penal como en Espanha. La orden aparece como un instrumento capital, pues con la atribución de la competencia concentrada en el Juez a quien llega la denuncia, tanto para las medidas penales como para civiles, proporciona el mecanismo de intervención más necesario ante el peligro de los malos tratos o de su reiteración y hace posible interrumpir el “ciclo da violencia” en que suele estar inmersa la víctima, como veremos más adelante³⁹.

³⁹ ZAPATERO, Luís Arroyo. **El Derecho penal español y La violencia de género en La pareja**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 108-109. A ordem judicial proteger a

De fato, a inovação da lei fez com que várias mulheres pudessem contar com maior segurança e proteção; porém na prática, as medidas eram impossíveis de se concretizar, visivelmente o disposto no art. 18 da lei, que impõe ao juiz, assim que receber o expediente do pedido de urgência das medidas pela ofendida, o dever de concedê-las no prazo de 48 horas⁴⁰.

A urgência do prazo é praticamente impossível de se realizar, já que muitas vezes tais medidas são formuladas em pedidos na Delegacia da Mulher, onde tramitam inúmeros inquéritos policiais. Algumas medidas protetivas urgentes são atendidas quando da prisão em flagrante do autor, pois o procedimento deverá ser comunicado no prazo de 24 horas à autoridade judiciária ou quando a vítima possui advogado próprio para acompanhá-la e orientá-la nos procedimentos, ademais o restante dependerá do aguardo de deferimento conforme a espera e a urgência das situações verificadas na delegacia especializada.

Cabe considerar que cada denúncia de violência doméstica pode gerar duas demandas judiciais. Tanto o expediente encaminhado pela autoridade policial para a adoção de medidas protetivas de urgência (art. 12, III) como o inquérito policial (art. 12, VII) serão enviados a juiz e ao Ministério Público. Como é garantido o direito de preferência a estes processos (art. 33, parágrafo único), certamente os demais terão sua tramitação comprometida, havendo o risco – ainda maior do já existente – de ocorrência da prescrição. A consequência é óbvia: a consciência da impunidade e o aumento dos índices de violência⁴¹.

vítima do agressor, ou seja, a proibição de comunicação ou de abordagem ou de necessidade de afastamento do agressor da vítima é, curiosamente, uma "descoberta" moderna, de matriz norteamericana, desenvolvido especificamente para a violência contra as mulheres, uma vez que apareceu um pouco mais de 25 anos tem tido sucesso se espalhando extraordinariamente, para baixo na primeira metade dos anos 90 em todo o continente para cobrir a América Latina, com um salto ligeiro no México, atravessando o Oceano Atlântico e entrando na Europa continental e na América Latina, na segunda metade dos anos, seja com caráter civil como na Áustria, Alemanha e Itália ou penal como na Espanha. A ordem surge como uma ferramenta importante, pois com a atribuição da competência concentrada no juiz, a quem chegou a denúncia, tanto para as medidas penais como para as civis, fornece o mecanismo de intervenção necessário diante do perigo de abusos ou reiteração e permite interrupção do "ciclo da violência", no qual a vítima geralmente está imersa, como veremos mais adiante. (Tradução livre do autor).

⁴⁰ Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I – conhecer do expediente do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

⁴¹ Revista Brasileira de Ciências Criminais 64 - 2007. DIAS, Maria Berenice. **A efetividade da Lei Maria da Penha**, p. 302.

Só para se ter uma base do número de inquéritos nas Delegacias das Mulheres de todo o Paraná, obteve-se junto ao Cartório Central o número de inquéritos que tramitavam junto à Delegacia da Mulher de Curitiba até 2011:

CONTROLE ESTATÍSTICO DOS INQUÉRITOS POLICIAIS

ANO	COM PEDIDO DE DILIGÊNCIAS	COM SOLICITAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO	OUTROS	RELATADOS	TOTAL TRAMITANDO
2006	10	07	04	-x-	17
2007	514	721	396	40	1235
2008	578	719	604	123	1297
2009	496	653	520	440	1149
2010	1149	473	166	395	1622
2011	1634	441	90	405	2580
TOTAL	4381	3014	1780	1403	7900

Fonte: Delegacia da Mulher

- a) As armas apreendidas são encaminhadas para perícia e posteriormente encaminhadas de ofício a Vara Criminal onde tramita o IP;
- b) O registro dos Inquéritos policiais é feito em livro Ata e eletronicamente, já o controle de tramitação entre a Delegacia e o Judiciário é feito eletronicamente, em programas internos da Delegacia e da Corregedoria Geral da Polícia Civil. [SIC]⁴².

Como se vê, as demandas são muitas e cada vez maiores, devido ao aumento dos procedimentos, desde 2006, ano que a lei entrou em vigor, até 2011. São várias as ocorrências registradas e prisões em flagrantes efetuadas quase todos os dias, o que vem a acarretar sobrecarga dos trabalhos nas delegacias e impede a eficiência dos serviços prestados.

As medidas protetivas e os impedimentos deferidos por ela devem ser concedidos, é claro, quando visíveis às possibilidades de riscos graves a causar tanto a mulher como para os filhos grande sofrimento.

A leitura que se impõe a respeito da medida excepcional de constrição à liberdade, diz respeito à garantia da vida, da integridade física, da liberdade de locomoção da mulher, dos filhos, ameaçados no contexto familiar pelo

⁴² Informações cedidas por Roseli Alves Figueiredo – Escrivã Chefe da Delegacia da Mulher de Curitiba - em 24/11/2011.

marido, companheiro ou companheira (não por autoridade pública). Cuida-se de graves situações de risco, muitas vezes concretizado⁴³.

Diante do pedido de concessão das medidas protetivas de urgência, o juiz deve atentar para o *fumus boni iure* (fumaça de aparência do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo da demora).

A aplicação das medidas protetivas pressupõe que o juiz, ao aplicá-las, tem uma compreensão integral do fenômeno da violência contra a mulher e está plenamente capacitado para aplicar essa compreensão aos casos individuais e particularizados pela experiência da violência e acesso a recursos que permitam a superação da situação ora vivenciada. Desta forma, ele também deverá estar preparado para incorporar ao seu conhecimento a rede de serviços com as quais pode contar para fazer com que as medidas funcionem⁴⁴.

É necessário que se verifiquem os motivos do pedido de medidas protetivas formulados pela ofendida: se realmente o autor oferece risco à família e se é essa a melhor solução para o caso, enquanto se aguarda o processo penal; caso contrário se praticará contra o acusado uma arbitrariedade sem fundamento algum.

No que tange à proteção da mulher quando da violência doméstica, no que concerne seu encaminhamento a casas de abrigo; a proteção policial e; a garantia de uma justiça rápida e eficiente para combater e prevenir todos os males que possam vir a serem praticados pelo acusado da violência; cabe salientar a impossibilidade e indisponibilidade de meios e estruturas suficientes e eficazes para o combate da violência.

3.1.2 Atuação da lei Maria da Penha em seus 6 anos de enfrentamento à violência contra a mulher

No sentido de divulgar a amplitude e o alcance dos mecanismos de proteção diante das violências cometidas contra o gênero, a Lei Maria da Penha completou

⁴³ KATO, Shelma Lombardi de. **Lei Maria da Penha: uma lei constitucional para enfrentar a violência doméstica e construir a difícil igualdade de gênero**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 278.

⁴⁴ PASINATO, Wânia. **Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 354.

em 2012, 6 (seis) anos de prevenção e combate a todas as formas ou manifestações da violência praticadas contra as mulheres no país.

A lei, ainda que atrelada à proteção e segurança distanciadas da realidade, tenta garantir à mulher um conjunto de instrumentos protetivos e concatenados com a missão de resolver todos os dissabores e receios de uma violência familiar.

É certo que, desde sua aprovação no ano de 2006, a lei ainda não conseguiu erradicar todas as formas de violência contra a mulher, porém sua popularização vem contribuindo para que mais e mais mulheres se conscientizem e denunciem violências sofridas. Talvez seja este um dos motivos do aumento no número de casos, pois muitas mulheres passaram a acreditar, com a divulgação da lei, que seus problemas seriam resolvidos e tomaram coragem para denunciarem seus parceiros.

Lei Maria da Penha faz 6 anos com 329 mil denúncias - No dia em que a Lei Maria da Penha completa seis anos de existência, o Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos de 2006 a 2012. Desse total, 329,5 mil (14%) eram relatos de violência contra a mulher enquadrados na lei. A maioria (60%) foi pedidos de informação. No primeiro semestre de 2012, foram registrados 388,9 mil atendimentos, dos quais 56,6% (47,5 mil) foram relatos de violência física. A violência psicológica aparece em 27,2% (12,9 mil) dos registros no período. Foram 5,7 mil chamadas relacionadas à violência moral (12%), 915 sexual (2%) e 750 patrimonial (1%). Os dados revelam ainda que em 66% dos casos os filhos presenciam as agressões contra as mães. Os companheiros e cônjuges continuam sendo os principais agressores (70% das denúncias neste ano). Se forem considerados outros tipos de relacionamento afetivo (ex-marido, ex-namorado e ex-companheiro), o percentual sobe para 89%. Os parentes, vizinhos, amigos e desconhecidos aparecem como agressores em 11%. Das unidades federativas, o Distrito Federal registrou o maior número de denúncias de violência contra a mulher no primeiro semestre do ano - 625 para cada 100 mil mulheres - seguido pelo Pará (515) e pela Bahia (512). Os que menos receberam ligações, no mesmo período, foram Amazonas (93), Santa Catarina (156) e Rondônia (173). Em 2011, os estados que lideravam o ranking eram Bahia, Sergipe e Pará. Os dados foram divulgados nesta terça-feira, dia 7, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo disque-denúncia. Fonte: Agência Brasil⁴⁵.

Nos seis anos de luta contra a violência doméstica, a lei vem buscando com o apoio de entidades e organizações ligadas ao Estado, por meio da Secretária de Políticas para Mulheres, seu fortalecimento. São divulgados balanços e pesquisas

⁴⁵ Lei Maria da Penha faz 6 anos com 329 mil denúncias. Disponível em: <<http://www.odebate.com.br/direitos-deveres/lei-maria-da-penha-faz-6-anos-com-329-mil-denuncias-07-08-2012.html>> Acesso em 04/09/12.

que demonstram e objetivam as atuações dos órgãos e agentes envolvidos na missão do combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Também neste ano foi julgada pelo STF - Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4424) que questionava a aplicação de dispositivos da Lei 9.099/95 após a edição da Lei Maria da Penha⁴⁶.

Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal :

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099 , de 26 de setembro de 1995.

No que tange à aplicação dos artigos da lei, restou superada pelo entendimento majoritário a não aplicação da Lei n. 9099/95 e a incondicionalidade da ação penal, para os casos de violência doméstica envolvendo a mulher como vítima: não é mais necessário recolher da ofendida a representação criminal contra o autor; o Ministério Público pode, independentemente, propor a ação penal sem a necessidade da autorização e representação da vítima.

El primero há sido ubicación en la opinión pública, la opinión "legislada" y en la de los operadores jurídicos de que el fenómeno de las violencias domésticas queda excluído del manto de "lo privado", y queda acuñado definitivamente como cuestión de "orden público", lo que se plasma en la consideración de los delitos y faltas en esta materia como públicos, no condicionada su persecución a la denuncia o querrela de la víctima.⁴⁷

⁴⁶ Notícias STF. **Supremo julga procedente ação da PGR sobre Lei Maria da Penha.** Disponível em: www.stf.jus.br/portal/geral Acesso em 27/09/12.

⁴⁷ ZAPATERO, Luís Arroyo. **El Derecho penal español y La violencia de género en La pareja.** IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminas. 2007, p. 113: Em primeiro tem sido a convergência da opinião pública, da opinião "legislada" e a dos operadores jurídicos de que o fenômeno da violência doméstica esta excluído do manto do "privado", e é definitivamente cunhado como questão

Ainda que a maioria dos Ministros do Supremo tenha votado a favor e acompanhado o relator, alguns declararam questões negativas da decisão, alegando o acatamento da decisão, como prova ensejadora de conflitos na família: “em muitos casos a ação penal incondicionada poderá ser um elemento de tensão e desagregação familiar”. Houve também questionamento quanto à condicionalidade da ação penal, já que permitiria a possibilidade da vítima individualmente gerir suas relações humanas na sociedade⁴⁸.

Mesmo emblemática, a questão se estabeleceu no sentido de que os crimes ocorridos com lesões corporais leves, quando praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, processam-se mediante ação penal pública incondicionada, excluindo-se a atuação do âmbito normativo da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais)⁴⁹.

Diante das discussões, com o intuito de estabelecer e proclamar a proteção constitucional, dever do Estado, assegurada às mulheres, também em vários Estados-brasileiros intensificou-se a divulgação e o anúncio da lei, desejando que a sociedade levantasse clamores para a situação da violência contra a mulher, tornando com isto a tarefa do poder público em estabelecer condições e formas de combate à violência do gênero-mulher em seus Estados.

No Estado do Paraná, foi implantada uma Força-tarefa com a missão de punir agressores de mulheres no Estado. A Secretaria de Segurança Pública, em conjunto com o Tribunal de Justiça, divulgou anúncio de atuação nas ações de prevenção e investigação dos casos de violência contra a mulher, estabelecendo como uma das medidas; realizar uma operação para cumprimento de 106 mandados

de "ordem pública", o que se reflete na consideração de crimes e delitos nessa área como públicos não condicionados a uma queixa da vítima. (Tradução livre do autor).

⁴⁸ Disse o Ministro Cezar Peluso: “Não posso supor que o legislador tenha sido leviano ao estabelecer o caráter condicionado da ação penal. Ele deve ter levado em consideração, com certeza, elementos trazidos por pessoas da área da sociologia e das relações humanas, inclusive por meio de audiências públicas, que apresentaram dados capazes de justificar essa concepção da ação penal”.

⁴⁹ O único Ministro a divergir do relator, Cezar Peluso advertiu, levando em conta os princípios da oralidade e celeridade utilizados nos Juizados Especiais Criminais, como forma de garantir a discussão dos fatos pelos atores envolvidos e a possibilidade de convertê-los em decisões rápidas e eficientes, assegurando a confiança no sistema em propiciar soluções que venham a eliminar rapidamente a violência sofrida pela mulher no âmbito doméstico e familiar. Ainda declarado pelo Ministro: “uma eventual conveniência de se permitir que os crimes cometidos no âmbito da lei sejam processados e julgados pelos Juizados Especiais, em razão da maior celeridade de suas decisões. Sabemos que a celeridade é um dos ingredientes importantes no combate à violência, isto é, quanto mais rápida for a decisão da causa, maior será sua eficácia. Além disso, a oralidade ínsita aos Juizados Especiais é outro fator importantíssimo, porque essa violência se manifesta no seio da entidade familiar.”

de prisão em aberto contra suspeitos de praticar violência doméstica. A Desembargadora do TJ-PR, Denise Kruger Pereira, em entrevista⁵⁰, relatou, dizendo: “Queremos diminuir o numero de agressores, demonstrar que a Lei Maria da Penha está sendo cumprida, dar atendimento a essas mulheres e, principalmente, conscientizar a população a denunciar”. Também, no Estado, foi divulgada a criação de cinco novas Varas de Justiça para casos de violência contra a mulher. Sendo assim, cinco comarcas do Paraná passarão a contar com Varas de Justiça dedicadas ao atendimento de casos de violência doméstica contra a mulher⁵¹.

⁵⁰ HANDAR, Lina. **Força-tarefa vai punir agressores de mulheres no PR**. Jornal Metro, Curitiba, 05. set. 2012, p. 04.

⁵¹ BARBARINE, Muriel. **Paraná terá cinco novas varas de Justiça para casos de violência contra a mulher**. “Entre as medidas previstas estão à formação de servidores, gestores públicos e magistrados na temática da violência contra as mulheres; o incentivo e apoio à criação e fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência”. Disponível em www.defensoriapublica.pr.gov.br Acesso em 08/08/12.

QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISA EMPÍRICA NA DELEGACIA DA MULHER DE CURITIBA

Diante dos fatos e acontecimentos envolvendo a lei, foi realizada junto a Delegacia da Mulher de Curitiba, entre os meses de novembro de 2011 a janeiro de 2012⁵², uma pesquisa que viesse a colaborar com a análise e os preceitos da lei em questão. Foram aferidas questões, como dados pessoais (nome, idade, escolaridade, profissão, estado civil, naturalidade, renda própria e familiar); dados sobre o fato (qual a relação com quem a agrediu? Se companheiro, marido, namorado, quanto tempo tem o relacionamento? Qual o fato que veio relatar? Este é o primeiro fato? Se já havia relatado outras vezes? Em caso negativo, por quê não relatou?); Dados sobre a lei de violência doméstica (O que entende por violência doméstica? O que a motivou a vir contar o fato para a Polícia? O que espera da polícia e da justiça? Conhece as consequências para a pessoa que a agrediu? Quais são? Como ficou sabendo da Delegacia da Mulher? Já conhecia a Lei de Violência Doméstica (Lei Maria da Penha))?

Das 42 entrevistadas, com idade entre 18 e 52 anos, média de escolaridade do ensino fundamental a pós-graduação, com ganhos médios de 2 a 10 salários mínimos na renda própria e familiar; responderam 23 delas (54,8%) viver uma relação de união estável com quem a agrediu, ponderando a duração do relacionamento de 2 a 25 anos; 11 delas (26,2%) são casadas e a união do casal perdura de 2 a 30 anos; 4 delas (9,6%) namoram ou namoraram quem a agrediu de 2 meses a 5 anos; 2 delas (4,8%) são irmãs, 1 é filha (2,4%) e 1 ex-sogra (2,4%) de quem as agrediu.

⁵² Pesquisa sobre a Lei Maria da Penha realizada unicamente para fins acadêmicos na Delegacia da Mulher de Curitiba, 2011/2012.

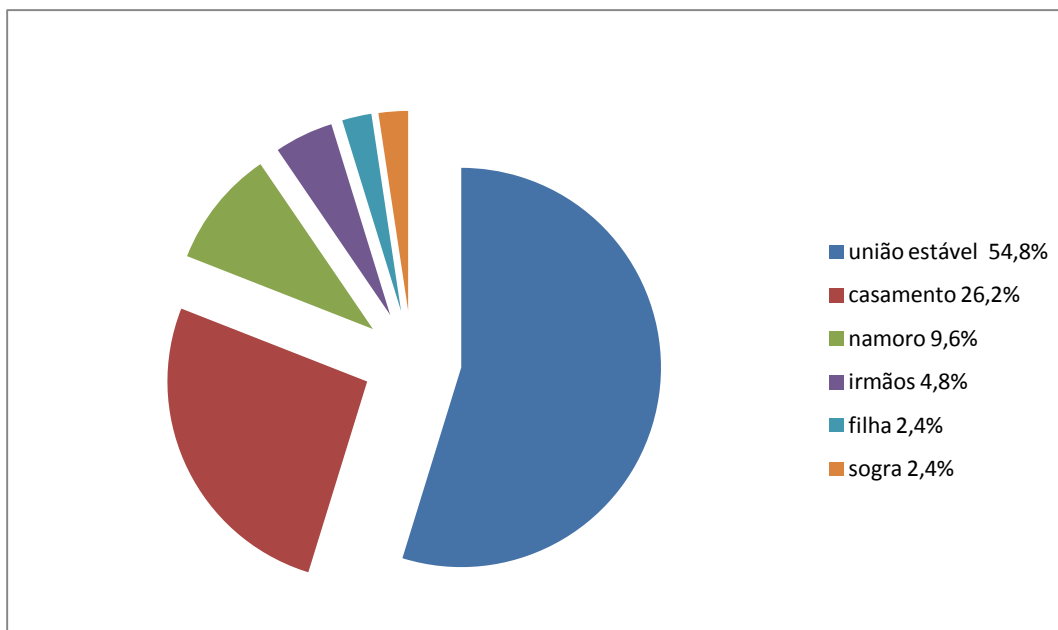


GRÁFICO 01 – RELAÇÕES FAMILIARES
 FONTE: O autor (2012)

Das entrevistadas (74%) 31 delas responderam ter ido à Delegacia para relatar agressões físicas seguidas de ameaças e ofensas verbais, (19,2%) 8 por ameaças e ofensas verbais, (2,4%) 1 por violência psicológica, (2,4%) 1 por agressão moral, calúnia e difamações e 1 (2,4%) só por ofensa verbal.

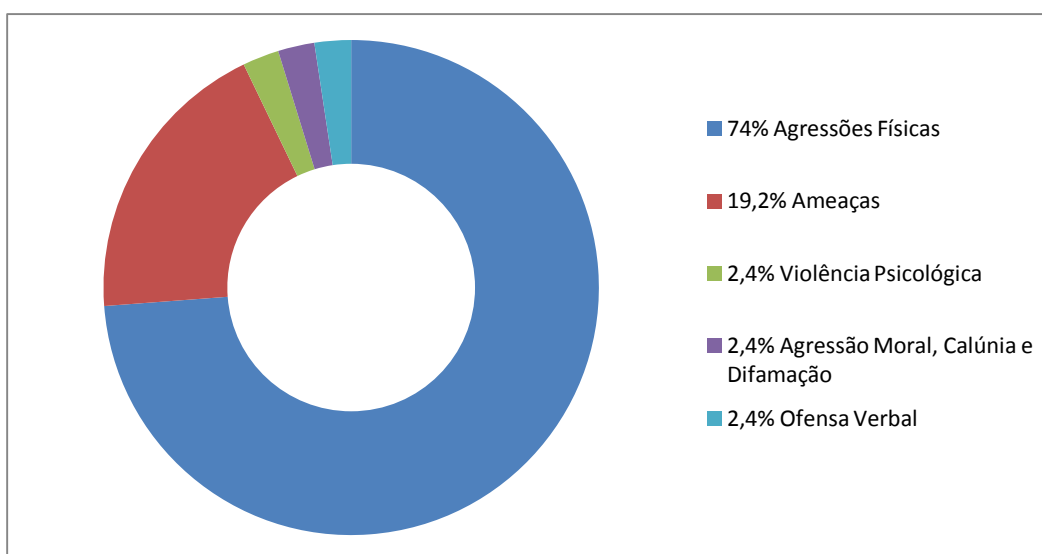


GRÁFICO 02 – DELITOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
 FONTE: O autor (2012)

Do total de mulheres que responderam à pesquisa, 13 delas disseram ser aquele o primeiro fato, 29 responderam que não era a primeira vez, sendo que 12 já haviam relatado outras vezes e 17 não relataram fatos anteriores.

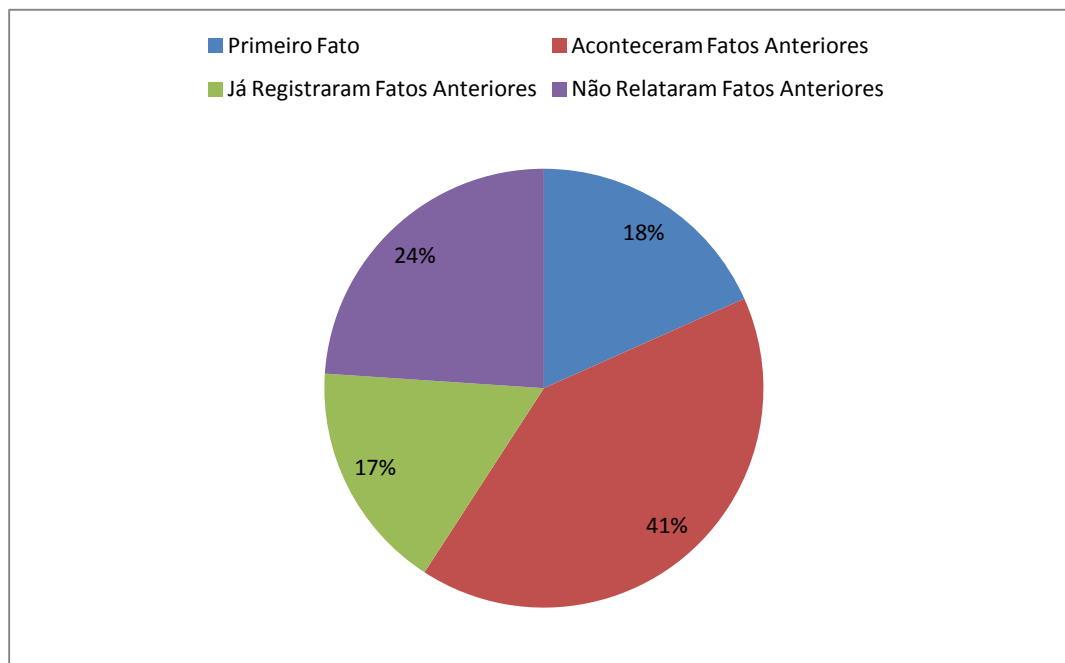


GRÁFICO 03 – RECORRÊNCIA DOS FATOS
 FONTE: O Autor (2012)

Das mulheres que não haviam registrado fatos anteriores, isto é, não quiseram relatar agressões, ameaças ou qualquer outra forma de violência perpetrada pelos companheiros, cônjuges, pais ou irmãos, muitas se expressaram dizendo que não relataram por:

- 1) “medo”;
- 2) “por achar que o agressor mudaria e não faria mais isto comigo”;
- 3) “por medo que não seja feito nada”;
- 4) “por medo, porque ainda moramos juntos”;
- 5) “acreditei que ia mudar”;
- 6) “só agora que percebi que ele esta falando sério, antes achei que era só para me assustar”;
- 7) “dizia que não aconteceria novamente”;
- 8) “achei que ia melhorar, mas esta quase em agressão física”;

- 9) “pensei que não voltaria a acontecer”;
- 10) “medo da reação e por acreditar que o agressor fosse se redimir”;
- 11) “porque não quis”;
- 12) “para evitar conflitos”;
- 13) “porque tinha medo dele me batia e ameaçava eu e minha filha”;
- 14) “não tinha condições de vir até a delegacia”;
- 15) “porque eu era criança”. [SIC].

Dentre as entrevistadas quase todas responderam entender por violência doméstica a agressão física, psicológica ou moral sofrida dentro do lar convivência, praticada pelo marido, companheiro ou pessoas de convívio, sendo que apenas 6 (14,4%) delas responderam, conforme suas próprias palavras, por:

- 1) “covardia, falta de diálogo e falta de amor”;
- 2) “ofensa verbal, agressão física, cárcere privado, injúria”;
- 3) “tudo o que eu e minha filha vivemos em casa”;
- 4) “para mim é covardia do agressor e também falta de uma ajuda psicológica”;
- 5) “pessoas que são desequilibrada diante a sociedade”;
- 6) “uma falta de respeito”.

Dentre os acontecimentos que motivaram a ida à Delegacia para relatar o fato, boa parte das entrevistadas relatou ter ido buscar ajuda, proteção e segurança, e outras pelas agressões e ameaças. Algumas disseram estar cansadas de sofrer; outras disseram para evitar piora do relacionamento. Teve quem levou em consideração os filhos, para que o agressor responda por seus atos; por acreditar que ele pudesse cumprir as ameaças; porque sabe de seus direitos e não quer deixar impune; porque não quer passar por isto novamente e pelo fato de o indivíduo duvidar do cumprimento da lei: “ficar rindo dizendo que vai dar em nada”.

Ainda no quesito referente; ao que as entrevistadas esperam da polícia e da justiça, muitas mulheres responderam dizendo:

- 1) “que seja penalizado pelo que fez”;
- 2) “punir para que não venha casos futuros e mais graves”;
- 3) “providências necessárias”;
- 4) “que ele pague pelo que fez”;
- 5) “prestar declaração”;

- 6) “que faça cumprir a lei”;
- 7) “que o agressor seja punido”;
- 8) “minha liberdade e ser feliz”;
- 9) “que eles tomem a devida providência para que ele não faça isso com mulher nenhuma”;
- 10) “que mostre que as leis possam ser cumpridas”;
- 11) “prenda, ou que ele pague pelo ato cometido”;
- 12) “justiça, segurança”.
- 13) “que me ampare que faça justiça caso venha acontecer algo comigo”;
- 14) “que me ajude”;
- 15) “que resolva o mais rápido possível”;
- 16) “que a justiça seja feita”;
- 17) “que ele seja preso”;
- 18) “que o prenda e deixe apodrecer na cadeia”,
- 19) “que ele pague perante a justiça o que me fez passar”;
- 20) “justiça e também que o agressor pare de perturbar”;
- 21) “que possam me proteger”;
- 22) “uma medida onde isso não aconteça mais”. [SIC].

Das mulheres entrevistadas, 16 (38,2%) disseram não conhecer as consequências para a pessoa que a agrediu, 13 (31%) disseram conhecer como uma das consequências a prisão, 6 (14,4%) conhecem pena alternativa, 6 (14,4%) conhecem as consequências, mas não disseram quais; e apenas 1 (2,4%) disse conhecer que o agressor, “ira responder processo”.

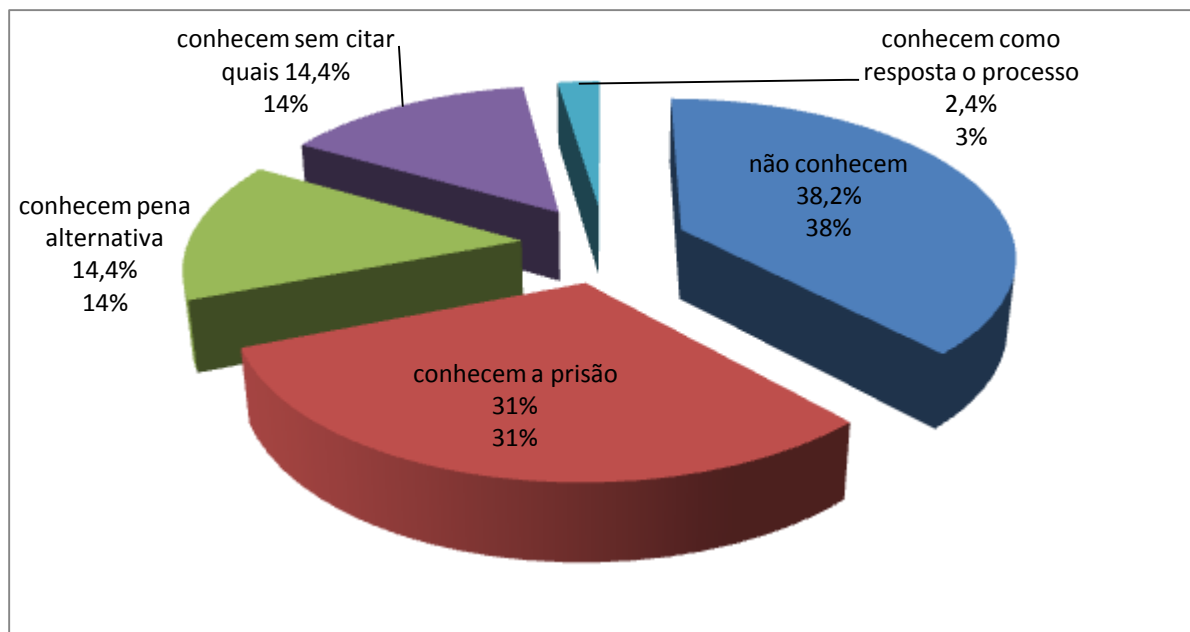


GRÁFICO 04 – CONSEQUÊNCIAS DA AGRESSÃO
 FONTE: O autor (2012)

No quesito que indagava como as mulheres souberam da existência da Delegacia especializada, a maioria delas respondeu que foi através da televisão, pela própria polícia, pela internet, por colegas de trabalho, por jornal, por amigos, por parentes, pela escola dos filhos, ou por assistência social.

Das mulheres que participaram da pesquisa, 29 delas disseram já conhecer a Lei de Violência Doméstica (Lei Maria da Penha), 11 não conhecem e o restante optou por dizer que conhece superficialmente ou já ouviu falar.

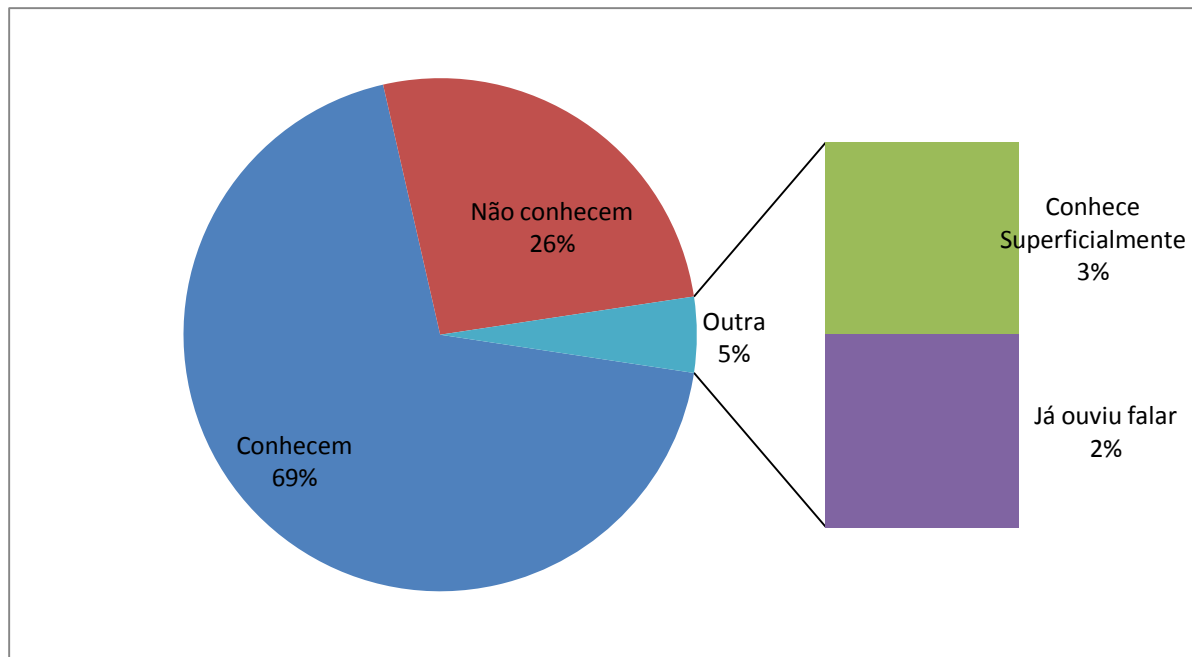


GRÁFICO 05 – CONHECIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

FONTE: O autor (2012)

Por fim, colhemos de algumas entrevistadas outros relatos que quisessem comentar:

- 1) “a lei Maria da penha é muito importante para nós mulheres;
- 2) “gostaria de dizer que precisa agilidade, caso a pessoa foi ameaçada com marcas que o agressor seja chamado imediatamente”;
- 3) “acredito que o tempo entre boletim, representação e intimação poderia ser menor”;
- 4) “gostaria que essa lei valesse para todas as mulheres que não ficasse só na propaganda”;
- 5) “quero que ele tenha o direito apenas e passear com os filhos e não toma-los de mim, porque ele quer tomar o mais velho e morar com a amante. Preciso que não deixem isso acontecer”;
- 6) “que essa lei, coloque esses homens que fazem isso, tiverem uma punição para sempre na vida deles, porque eles acham que podem mais machucar que outros”;
- 7) “eu acho um absurdo a violência”;
- 8) “que fui muito bem atendida e esclareci minhas duvidas”;
- 9) “sim, satisfeita com o conteúdo”;

- 10) “me arrependo de não ter escutado a ex-mulher dele que conviveu 9 anos e sempre apanhou dele”;
- 11) “sempre tive medo de relatar as violências que recebia, pois a irmã trabalhava na área judicial do Paraná e sempre o protegeu”;
- 12) “acho que homens que se valem de sua força para agredir mulheres devem ser presos e pagarem pelas suas agressões”;
- 13) “às vezes nós mulheres não temos conhecimentos de outras violências domésticas, achamos que só a física é ruim, mais as outras também podem trazer muitos danos”;
- 14) “que essa lei veio para ajudar e proteger as mulheres e que todas deveriam denunciar”;
- 15) “a lei Maria da Penha leva a sério”;
- 16) “nós temos uma filha juntos e gostaria que me ajude com ela e que ele não chegue mais perto de mim devido as ameaças feitas por ele”;
- 17) “Bom eu acho que a violência contra as mulheres, estão cada vez mais, então espero que a justiça possa vir ajuda, não só a mim, mas todas as mulheres que sofrem com este tipo de violência”;
- 18) “que eu vou refazer a minha vida, ele a dele”;
- 19) “que tem uma proteção e o assunto possa ser resolvido”;
- 20) “gostaria que a lei funcionasse da maneira que não fosse preso só quando o agressor estar no local. Mais sim aonde estiver”;
- 21) “que acho um absurdo as mulheres ficarem apanhando e morrendo e ninguém fazer nada”. [SIC].

A pesquisa, ainda que um grupo reduzido de mulheres tenha respondido as questões, contribuiu significativamente para uma reflexão sobre o sentimento e a compreensão das próprias ante a violência doméstica e familiar, o sistema de justiça e a Lei Maria da Penha.

4. A UTILIZAÇÃO DO DIREITO PENAL E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Da violência contra a mulher no âmbito das relações domésticas e familiares implicou a adoção do Direito Penal interventor como legítimo a interceder e sancionar todas as condutas comportamentais e desviantes do indivíduo agressor ou violento. De acordo com Francisco Pereira Costa⁵³ no sentido de que “a violência é um problema estrutural e multifacetário, cuja manifestação mais imediata e sensível é a agressão física ou moral provocando lesões ao corpo, ao patrimônio material e à dignidade humana estatal”, o Direito Penal é o ramo jurídico autorizado a incidir na intervenção estatal sobre a violência manifestada nas relações interpessoais mediante a repressão e punição.

Primeiro, a opção por definir como violência um extenso conjunto de práticas, gestos e comportamentos quando estes são direcionados contra as mulheres, empurrou a discussão sobre a violência baseada no gênero, e sobre a violação de direitos humanos, mais para dentro do campo de intervenção do Direito Penal e da Justiça Criminal. Neste movimento, mais uma vez, a violência foi convertida em categorias (tipos) de condutas criminosas de acordo com o que se encontra previsto nos artigos do Código Penal Brasileiro. Em segundo lugar, ao fazer este caminho, a lei recolocou o problema da violência contra as mulheres no eixo agressor-vítima e recolocou nas mãos do Estado, através do Judiciário, a tutela da mulher⁵⁴.

No tocante à violência cometida contra a mulher no âmbito das relações privadas, tem sido o direito penal, através da Lei Maria da Penha, apto a regular questão referente aos delitos cometidos com violência doméstica, sejam eles materiais ou abstratos. É o direito penal ramo aplicável nas condutas que impliquem violações ou supressões de direitos e garantias previstos pela lei. “Nos casos de violência entre os casais o sistema penal é acionado, prioritariamente, como instrumento de obtenção de segurança, meio utilizado para erradicar a violência familiar e gerar proteção [...]”⁵⁵;

⁵³ COSTA, Francisco Pereira (Org.). **Lei Maria da Penha: aplicação e eficácia no combate à violência de gênero**. Rio Branco-AC : Edufac, 2008. p.48.

⁵⁴ PASINATO, Wânia. **Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 343.

⁵⁵ BUGLIONE, Samantha. **A mulher enquanto metáfora do direito penal**. Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade. 2000, p. 214.

Importante ressaltar a utilização do Direito Penal no que tange aos delitos cometidos com violência física (lesões corporais leves, médias e graves culposas ou dolosas) e nos casos de homicídios. “En las conductas violentas y de malos tratos hay, por supuesto, dolo de lesionar - en su caso, de matar – pero lo más relevante es la voluntad más o menos intelectualmente elaborada – o incluso meramente atávica – por el autor de someter a su pareja⁵⁶”.

A violência doméstica advém das tradições culturais, das formas de pensamento e modo de conduzir as relações domésticas e familiares, muitos dos agentes que as cometem compreendem o comportamento natural de subjugar e tratar o gênero feminino como inferior.

É por causa desta situação que não cabe a utilização do Direito Penal como primeira opção nos casos de violência familiar contra a mulher, “é importante perceber que o direito, no caso o penal, não resolve os conflitos sociais, apenas os transforma em conflitos jurídicos⁵⁷”. Sob este aspecto, pode mesmo faltar ao agente da violência outra forma de agir (e mesmo a vítima): “alternativas para a solução dos conflitos, menos custosas e com isso mais úteis, necessárias para uma escolha racional, faltam ao autor do ilícito justamente nas situações pesadas, tensas e sem saídas⁵⁸”.

O Direito Penal é, e deveria ser a *ultima ratio* a interferir no conflito, buscando-se todas as soluções possíveis para o aplacamento da violência no âmbito familiar, soluções estas que implicassem o abandono da penalização e encarceramento em massa dos perpetradores da violência familiar e doméstica.

O direito penal é de natureza subsidiária. Ou seja: somente se podem punir as lesões de bens jurídicos e as contravenções contra fins de assistência social, se tal for indispensável para uma vida em comum ordenada. Onde bastem os meios do direito civil ou do direito público, o direito penal deve retirar-se. Com efeito, para a pessoa atingida, cada pena significa um dano de seus bens jurídicos cujos efeitos atingem não raro o extermínio da sua existência ou em, qualquer caso, restringem fortemente a sua liberdade pessoal. Consequentemente, e por ser a reação mais forte da comunidade, apenas se pode recorrer a ela em último lugar⁵⁹.

⁵⁶ ZAPATERO, Luís Arroyo. **El Derecho penal español y La violencia de género en La pareja**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 118. “Em comportamento violento e de abusos é, claro, a intenção de ferir - se necessário, para matar - mas o mais importante é a vontade mais ou menos intelectualmente preparado - ou mesmo meramente atávica - pelo autor para submeter a sua parceira.” (Tradução livre do autor)

⁵⁷ BUGLIONE, S. Obra citada, p. 215.

⁵⁸ GÜNTHER, Klaus. “**Crítica da Pena – I**”. Revista Direito GV 4. 2006. p. 196.

⁵⁹ ROXIN, C. Obra citada, p. 28.

Cabe estabelecer a utilização do Direito Penal para delitos cometidos com violência doméstica, nos casos que representem verdadeira afronta à violação física e respeito à dignidade humana, podendo ser associados à vontade, dolo, intenção manifesta do autor em cometer o delito.

Sob esta óptica se deveria examinar toda a ordem jurídica, a fim de se utilizar o direito penal para proteger bens jurídicos essenciais e assegurar os objectivos das prestações necessárias para a existência, apenas onde não bastem para a sua prossecução meios menos gravosos⁶⁰.

De outra forma, quando em situações familiares de desagregação, desentendimento, problemas psicossociais, financeiros, econômicos, sociais ou motivadores de conturbadas relações, como já relatado, também nos casos de uso de drogas ou bebidas alcoólicas, entende-se não ser o Direito Penal a ser reivindicado para aplacar os casos de violência doméstica, pois não será com a violência do Direito Penal que se combaterá a violência doméstica. “É a gravidade dos ataques o que legitima as duras intervenções do Direito penal, e não estas as que exigem uma limitação do âmbito de tutela daquele⁶¹.”

O Direito penal impõe à sociedade a persecução de condutas violadoras de bens jurídicos indispensáveis, com tipos penais definidos. Na violência doméstica, é precípua perseguir a restauração da entidade familiar, promovendo ações que busquem em primeiro lugar cessar a violência. “Uma vez violada a norma, existem outros meios que não a pena criminal para restabelecer o ordenamento jurídico⁶²”. Pode se dar a cessação da violência através de diálogo e encaminhamento dos agentes para programas sociais promovidos pelo governo, de forma a possibilitar novos caminhos para a relação conturbada que vive o casal e os filhos envolvidos na questão.

Desta forma, diante do ideário para o processamento dos casos de violência doméstica, buscar em primeiro plano a intervenção do direito penal, encontra-se aqui um novo patamar de justiça para os casos de violência doméstica, afastando em primeiro lugar a ingerência da justiça penal e salientando a produção de meios

⁶⁰ ROXIN, C. Obra citada, p. 29.

⁶¹ DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. Tradução de Luiz Regis Prado. 2005, p. 151.

⁶² BOZZA, Fábio da Silva. **Análise crítica da prevenção geral positiva**. IBCCrim. Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2007, p. 57.

eficientes e mais duradouros para isto, como por exemplo, a utilização de práticas restaurativas para a solução dos conflitos gerados entre as partes.

A Justiça restaurativa vem sendo divulgado em alguns países como requisito eficiente para combater o uso indiscriminado da violência do Direito Penal, é considerada eficaz na solução dos conflitos entre os atores envolvidos em questões penais.

Na violência doméstica, o atrito provocado entre o casal seria bem resolvido caso se estabelecessem consensos e formas de mediação entre as partes tão logo fossem detectados divergências e conflitos na relação conjugal; ademais, o consenso e a comunicação podem significar mudanças para uma vida melhor no relacionamento.

Muitos podem questionar a eficácia da justiça restaurativa para os casos de violência doméstica, por entenderem que não há adequação, sendo a lei e o direito penal as melhores formas para combater a violência contra a mulher. Não obstante, alguns autores vêm questionando e defendendo o uso de práticas restaurativas, como método mais eficiente na solução de conflitos.

Anne Hayden (2000) levanta a questão da justiça restaurativa e a violência doméstica através da prossecução de quatro objetivos:

- (1) um desafio do equivoco de que a violência doméstica é perpetrada somente por homens;
- (2) uma análise da dinâmica de gênero e poder em violência doméstica;
- (3) a comparação de resultados possíveis de intervenção na violência doméstica, com um argumento de justiça restaurativa, em alguns casos, e;
- (4) uma discussão de alguns princípios para a prática da justiça restaurativa em casos de violência doméstica⁶³.

Tanto mais dinâmico seria o cabimento de práticas restaurativas para a solução dos conflitos entre as partes, sem que necessária fosse a busca da justiça penal retributiva. Bastaria, portanto, a aceitação voluntária de ambas as partes, tanto do acusado como da vítima em concordarem da apresentação do caso a justiça restaurativa.

⁶³ BOOKMARK RJ ONLINE. Restorative Justice online. **Applying restorative justice in domestic violence:** **Web Resources.** Disponível em: <http://www.restorativejustice.org/editions/2003/September/domesticviolence> Acesso em: 06/12/2012. Aplicando Justiça Restaurativa a Violência Doméstica: Recursos da Web. Tradução livre do autor.

Braithwaite, John e Daly, Kathleen... (1995), reconhecem que as respostas de justiça tradicional do sistema para com os homens violentos têm falhado, é preciso delinear uma outra abordagem que é compatível com os princípios da criminologia republicana. Eles sugerem que o sistema de justiça pode ser reformado para dar voz às mulheres e para continuar a luta contra a dominação dos homens das mulheres. Um elemento chave para esta abordagem é a estratégia conferência comunidade adaptado de cultura Maori na Nova Zelândia. A conferência comunidade incorpora princípios da vergonha de reintegração, e pode se tornar um alicerce fundamental de uma estratégia política contra a masculinidade de exploração⁶⁴.

Mesmos tendo falhado os sistemas da justiça tradicional na missão lhe atribuída para o próprio senso jurídico de combater, punir e prevenir crimes através do Direito Penal continua e esta sendo a melhor forma de o Estado intervir nas relações privadas, isto quer dizer apropriar-se do conflito, expropriando os seus envolvidos.

Tentando alertar da “expropriação do conflito”, pelo direito penal, Pablo Galain Palermo; indaga que a intervenção do direito penal politiza e burocratiza os conflitos, como se fosse um problema técnico, sem atentar para a sua real conotação política e social.

O direito penal liberal do sistema continental monopolizou no Estado o poder de administrar a justiça, legitimando essa expropriação por meio do princípio da igualdade e da pretensão de eliminar qualquer vestígio de vingança privada. Para ele, as penas não podiam ser negociadas entre as partes envolvidas, nem se podia permitir nenhum tipo de acordo sobre a natureza ou o *quantum* do castigo. Nesta concepção de direito penal, as consequências jurídico-penais não podem surgir do consenso, mas de um juízo de reprovação proveniente da decisão de um terceiro imparcial, que procura cumprir com as expectativas gerais. As expectativas gerais contemplam-se com a imposição de uma sanção cuja execução busca satisfazer uma finalidade preventiva geral⁶⁵.

Como consequência, a Justiça Tradicional estabeleceu que ao autor e acusado da violência, devessem ser impostas sanções, cujo cumprimento da pena significaria um juízo de reprovação de sua conduta e posterior retribuição pela prática do crime, condenando a adequar-se, conforme os fundamentos impostos em uma sentença criminal.

⁶⁴ BOOKMARK RJ ONLINE. Restorative Justice online. **Applying restorative justice in domestic violence:** **Web Resources.** Disponível em: <http://www.restorativejustice.org/editions/2003/September/domesticviolence> Acesso em: 06/12/2012. Aplicando Justiça Restaurativa a Violência Doméstica: Recursos da Web. Tradução livre do autor.

⁶⁵ PALERMO, Pablo Galain. **Mediação Penal como forma alternativa de resolução de conflitos:** a construção de um sistema penal sem juízes. 2011, p. 165-167.

Analisando-se uma sentença criminal em um caso de violência doméstica, muitas vezes o réu é condenado a cumprir determinados requisitos (deveres e obrigações), dentre os que devem ser observados pelo condenado, é insito deduzir que não cumprirá a função primordial seguida pelo Direito Penal retributivo, “esta pagando justamente pelo que fez”, pode haver exceções, mais é evidente que nem sempre se conseguirá cumprir todas as funções da pena, ademais privá-lo de sua liberdade, mesmo que em curto período, já é por demais angustiante, sem contar que pode vir a contribuir para novas desavenças na relação do casal.

(...), enquanto suas funções declaradas ou promessas apresentam uma eficácia meramente simbólica (reprodução ideológica do sistema), porque não são e não podem ser cumpridas, ele cumpre, latentemente, outras funções reais, não apenas diversas, mas inversas às socialmente úteis declaradas por seu discurso oficial, que incidem negativamente na existência dos sujeitos e da sociedade.⁶⁶

A implicação de uma pena, por muitas vezes, é custosa demais para o apenado e não satisfaz, o que muitos dizem, “que a justiça seja feita”, pois não se pode ter ganhos em condenar alguém. Ademais, nem os sentimentos da vítima serão satisfeitos, a não ser pela forma de coerção e punição impostas pelo Estado através do Direito penal.

Os problemas no relacionamento do casal, á época que acontecem, florescem e pedem soluções rápidas, ágeis e eficientes. Às vezes, muito tempo se passa até se chegar à justiça tradicional e solucionar o caso. Se levados à justiça restaurativa, por meio da mediação, seria possível o estabelecimento de uma comunicação entre o casal, sem a intervenção de terceiros para julgar suas demandas e tanto autor como vítima teriam voz baseada em diálogos comunicativos.

Dessa maneira, encorajam-se a vítima e o ofensor a assumir papéis ativos em resolver o conflito através da discussão e da negociação, reservando para os agentes públicos o papel de facilitadores, dotados de um só instrumento de intervenção: a linguagem, o que os coloca no mesmo nível de poder das partes (uma vez que, aqui, o poder limita-se a comunicação)⁶⁷.

⁶⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Obra citada, p. 171.

⁶⁷ SICA, Leonardo. “**Bases para o modelo brasileiro de justiça restaurativa.**” De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 2009. p. 416.

Aqueles que defendem e apoiam a justiça restaurativa pretendem que seja devolvida aos atores sociais a solução do conflito, sem que seja preciso a participação dos operadores tradicionais da justiça penal.

Por intermédio das praticas restaurativas remanesceriam novas formas de compreensão dos problemas advindos do relacionamento e se somariam perspectivas futuras de superação das crises geradas pelo convívio diário do casal.

A mediação é um processo informal e voluntário no qual as partes confrontadas pelo delito buscam chegar a um acordo de reparação com a ajuda de um terceiro imparcial que não possui o poder de resolver o conflito. (...)

A mediação não pretende resolver o conflito, mas antes elaborar o conflito e, por isso, utiliza a lei como “ponto de referência” para aproximar as pessoas, recorrendo a ela a partir de uma dimensão metafórica. Esta consideração acerca da mediação (que não resolve mas elabora o conflito) só é compatível com o sistema penal em sua dimensão simbólica, pois ela inverte a finalidade de política criminal do direito penal formalizado, que se legitima unicamente enquanto *ultima ratio* para a solução dos conflitos sociais mais graves e não como meio para alcançar em todos os casos e em *prima ratio* a paz social. (PALERMO, 2011, p. 187-188)⁶⁸.

É através desse sistema, do método utilizado, que se pretende implantar no Brasil um novo olhar pela adoção das práticas restaurativas na solução dos conflitos gerados pelas partes, de forma a permitir que tanto a vítima como o autor reflitam sobre o problema e possam estabelecer diálogos comunicativos referentes ao fato. O que se espera é que haja a integração e consenso entre as partes para decidirem acerca da questão.

Penso que o conhecimento por parte da população de que um conflito foi resolvido, com a participação democrática dos envolvidos, possui um efeito simbólico muito maior do que a pena criminal imposta pelo Estado, de forma autoritária⁶⁹.”

Nesta síntese do estudo da Justiça Restaurativa, como segunda opção da Justiça Tradicional e da utilização do Direito Penal, tentando obter novas formas de solução dos conflitos é que se observam esforços para combater a discriminação e as desigualdades impostas na sociedade. “Apesar do discutível recurso ao Direito Penal, reconhece-se a idoneidade de uma política criminal de gênero quando ela

⁶⁸ Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2011 – RBCCrim 91.

⁶⁹ BOZZA, Fábio da S. Obra citada, p. 66.

estabelece uma mínima intervenção punitiva e uma máxima intervenção social⁷⁰.” Para isto, o argumento da Justiça restaurativa é o de pretender restaurar a paz entre as partes envolvidas no conflito; esquecer o pagamento de um mal impondo o mal do direito penal, e, oportunizar diálogos, reparação, negociação e mediação para a solução do problema apresentado.

4.1. PREVENÇÃO RETRIBUTIVA, ESPECIAL E GERAL DADA A FINALIDADE DA PENA CRIMINAL

No tocante às finalidades e explicações para que o Estado pudesse impor ao indivíduo infrator da norma penas privativas de liberdade, como resposta, surgiram teorias com o objetivo de explicar a finalidade e o sentido da aplicação de pena para os infratores da norma penal, vários autores se propuseram à explicá-las. Contudo, nenhuma das teorias foi devidamente justificada e teve sua legitimação confirmada.

A teoria da retribuição foi uma das teorias apresentadas e teve seu fundamento refutado se considerados certos aspectos. Claus Roxin foi um dos autores que procurou reunir explicações sob o aspecto do poder punitivo da pena estatal: “Se impuserdes – sejam quais forem os critérios – uma pena, com ela tereis de retribuir um crime⁷¹”.

Desta forma estabeleceu três razões contrárias à aplicação da pena estatal: a primeira, de que conforme a conduta do cidadão, o que resta para o legislador é um “cheque em branco”; na segunda de que o “legislador justifica a pena apenas com uma hipótese que, mesmo não sendo refutada, tão-pouco é comprovável”; e na terceira, aliado à ideia da retribuição, esta a teoria da expiação, do pecado, “mediante um acto de fé”, ou seja, para o autor: “considerando-o racionalmente, não se compreende como se pode pagar um mal cometido, acrescentando-lhe um segundo mal, sofrer a pena.”

Resumindo numa só frase as três razões: a teoria da retribuição não nos serve, porque deixa na obscuridade os pressupostos da punibilidade,

⁷⁰ CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha: mínima intervenção punitiva, máxima intervenção social**. RBCCrim 64. 2007, p. 244.

⁷¹ ROXIN, C. Obra citada, p. 17-18.

porque não estão comprovados os seus fundamentos e porque, como profissão de fé irracional e além do mais contestável, não é vinculante⁷².

Desta maneira, a teoria da retribuição, tentando ser validada pelo fundamento de que o indivíduo infrator da norma penal deve pagar pelo que fez (mal da pena pelo mal cometido, pena justa ou pena merecida pelo fato), não se consolidou. “Dentro de tal dimensão histórica, a retribuição não é, portanto, um escopo, mas tão somente critério formal para a aplicação do castigo no caso concreto⁷³”.

Uma segunda solução, a teoria da prevenção especial, apresentou-se com argumentos de correção do indivíduo infrator através de tratamentos terapêuticos, corrigindo-o para que não ocorra a reincidência e corrigindo-o para educá-lo. Contudo, mesmo impondo fundamentos da ressocialização e reintegração do indivíduo infrator da norma, a prevenção positiva através da pena de prisão, não conseguiu formar amplo reconhecimento para sua aplicação.

Exprimindo numa só frase: a teoria da prevenção especial não é idônea para fundamentar o direito penal, porque não pode delimitar os seus pressupostos e consequências, porque não explica a punibilidade de crimes sem perigo de repetição e porque a idéia de adaptação social coativa, mediante a pena, não se legitima por si própria, necessitando de uma legitimação jurídica que se baseia noutro tipo de considerações⁷⁴.

A terceira das respostas, apontada como teoria da prevenção geral também não conseguiu se sustentar, mesmo procurando fundamentar algumas questões; baseada na confiança da ameaça representada pela pena e sua consequência intimidatória sobre todos, não conseguiu sobreviver diante dos argumentos contrários às suas concepções.

A teoria da prevenção geral encontra-se, assim, exposta a objeções de princípio semelhantes às outras duas: não pode fundamentar o poder punitivo do Estado nos seus pressupostos, nem limitá-lo nas suas consequências; é político-criminalmente discutível e carece de legitimação que esteja em consonância com os fundamentos do ordenamento jurídico⁷⁵.

⁷² ROXIN, C. Obra citada, p. 19.

⁷³ Massimo Pavarini; André Giamberardino. **Teoria da pena e execução penal: uma introdução crítica**. 2011. p. 32.

⁷⁴ ROXIN, C. Obra citada, p. 22.

⁷⁵ ROXIN, C. Idem, p. 25.

Dados tais argumentos contrários à pena, constata-se que as teorias não conseguiram fundamentar suas concepções e impor novas formas de solução dos conflitos. Ademais, nem o Direito Penal tecnicista, embrenhado em suas fórmulas punitivas e penalizadoras, despertou magnânima finalidade legitimadora.

De qualquer maneira, toda legitimidade do Direito Penal, ou de um modelo político criminal, deve ser compatível com a Constituição e com o Direito positivo, e com determinadas estruturas da realidade, especialmente com a concepção da pessoa como portadora de direitos invioláveis⁷⁶.

A pena, pois carece de finalidade, “como uma assombração, ela se aninha em todas as faixas etárias, em todas as camadas e classes sociais, em todas as profissões e em todos os níveis de escolaridade, assim como em quase todos os grupos políticos⁷⁷.” Ela continua e vai sendo a melhor alternativa em vários países, tanto que há uma demanda geral e onipresente por ela no mundo ocidental.

Atribuem-se à pena objetivos preventivos em pelo menos três aspectos: ela deve desencorajar possíveis futuros autores de ilícitos penais a colocar seus planos em práticas (prevenção geral negativa); ela deve impressionar o delinqüente de maneira tão negativa, que na situação de iminente reincidência ele, por medo, deixe de praticar o ilícito penal planejado (prevenção especial negativa); ela deve estimular e incentivar o autor do ilícito penal ao arrependimento, à compreensão e à conversão, regenerá-lo e desse modo levá-lo a uma vida de respeito à lei (prevenção especial positiva); e ela deve fortalecer e estabilizar os costumes e a moral de uma sociedade, para que cidadãos respeitadores da lei não se sintam fraudados em seus bons motivos, quando obrigados a presenciar a situação em que alguém se deixa levar por seus maus motivos (prevenção geral positiva). Enquanto a retribuição se esgota com a reparação da injustiça passada e não persegue nenhum outro objetivo além desse (teoria penal absoluta), as teorias preventivas reivindicam a vinculação da pena a objetivos racionalmente controláveis (teorias penais relativas)⁷⁸.

Na história, a pena é a melhor forma de punir do Estado, tendo para ele finalidades e objetivos últimos a serem perseguidos com base no direito e na democracia, representando o melhor meio político-participativo para a sociedade, assim o pensamento continua sendo do não abandono de tais meios.

Essa é a forma como a pena se apresenta historicamente; não apenas enquanto pena legal, mas como fato social. As suas formas de legitimação (na modernidade, aquelas de tipo utilitarista ou de defesa social) não a

⁷⁶ DÍEZ RIPOLLÉS, José L. Obra citada, p. 131.

⁷⁷ GÜNTHER, K. Obra citada, p. 187.

⁷⁸ GÜNTHER, K. Idem, p. 190.

fundamentam, pois mesmo quando são invalidadas empiricamente (e tal invalidação não pode ser senão aquela que desvela as *funções reais* do exercício do poder punitivo), como o foram, a pena permanece. Pune-se, ao final sem um porquê. Eis a única constatação que – na história – não deixou jamais (ou ainda) de se manifestar⁷⁹.

O processamento dos casos da violência doméstica na Justiça Tradicional, através da utilização do Direito Penal, implica em esgotamento de todas as formas possíveis de novos meios, novas soluções de consenso, conciliação e mediação entre as partes, com isto afastando qualquer possibilidade para que a família, o casal venha a buscar e adaptar novas maneiras de enfrentamento dos problemas.

4.1.1 Prisão em flagrante do agressor, perpetrador da violência doméstica

Tende a situação de violência doméstica, nas diversas ocasiões a implicar em prisão em flagrante do agressor; é o caso quando o homem em conflito com a esposa, companheira, mãe, namorada, irmã, venha a praticar lesão corporal, ameaça, injúria ou vias de fato, e a mulher ou alguém, podendo ser da família ou não (por exemplo, vizinhos) venham a acionar a Polícia Militar, Civil, Guarda Municipal ou, qualquer daquele do povo⁸⁰ para efetuar a prisão em flagrante do agressor.

Cabe ponderar que, com o novo entendimento da lei aprovado pelo Supremo Tribunal Federal, a ação penal privada condicionada à representação não mais se valida nas situações de violência doméstica, passando-se a aplicar a ação penal privada incondicionada, isto quer dizer, antes era dada à mulher a oportunidade em oferecer a representação criminal contra o autor perpetrador da violência, era ela quem decidia, era dela a possibilidade em querer ou não que o autor fosse preso. Atualmente dada a prisão em flagrante do agressor, a conveniência em mantê-lo ou não preso não mais está nas mãos da mulher, mas

⁷⁹ Massimo P.; André G. Obra citada, p. 41.

⁸⁰ Código de Processo Penal. **Art. 301.** Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

sim do Ministério Público, que inicia a persecução penal do crime, acusando o infrator da norma penal.

Por mais contumaz, que seja a incondicionalidade ou condicionalidade da ação, agora colocada um ponto final diante do julgamento da ADI 4424 pelo Supremo, há de se considerar os pontos negativos da situação; “O sistema se ocupa em encarcerar o sujeito ativo, aquele que viola o bem jurídico, mas não se ocupa em nada com o sujeito passivo, titular do bem jurídico transgredido⁸¹.” Desta análise há de se ponderar o dilema enfrentado pela mulher, quando nesta situação: se procura ajuda conforme a lei, seu parceiro vai preso, a situação se complica, vêm os filhos, vem à família, vem à situação econômica e financeira caso seja ele o único provedor; se não procura, continua a violência, brigas, desavenças, humilhações, então o que fazer? É realmente angustiante esta situação; contudo a lei estabeleceu, desejando colocar um basta no círculo da violência, o que resta para mulher é analisar a melhor forma de enfrentar a questão.

Há tempos, percebe-se que, no calor dos fatos, perante os acontecimentos, geralmente a mulher quer a prisão do marido, passado este momento, ela não mais o deseja. Nesta fase entra o arrependimento, o medo, a vergonha, podendo ser de um ou de ambos. “As relações de violência comportam ao mesmo tempo, momentos de violência, sedução, afeto, presentes, arrependimentos, dentre outros⁸²”. Geralmente a vítima arrepende-se e quer voltar atrás por perceber que a prisão do companheiro só contribuiu para cessar a violência naquele momento, mas que os problemas permaneceram. Não há uma garantia de que se resolverá a conduta e o modo de ser do parceiro através da prisão. Quem há de garantir que ao sair não repetirá novamente atos violentos? Pode haver exceções e o encarceramento, mesmo que por pouco período, represente para ele um castigo, impondo-lhe que venha a adotar novos comportamentos perante a família, porém é realmente uma exceção que não poderá ser garantida nem por ele próprio e nem por ninguém.

Mas não se pode ignorar que em muitos países todo o esforço em modificar a legislação parece se apoiar muito mais numa crença na eficácia simbólica que essas leis podem ter sobre os agressores, como se o temor de ser preso e afastado da convivência familiar fosse suficiente para inibir o comportamento violento, sem que maiores investimentos para a

⁸¹ BUGLIONE, S. Obra citada, p. 214.

⁸² MORGADO, R. Obra citada, p. 315.

implementação das medidas através de políticas sociais sejam necessários⁸³.

A prisão em flagrante do autor muitas vezes não contribui com nenhum efeito positivo sobre a relação, no mais cabe somente para afastar da relação conflituosa o acusado em um dado momento, não colaborando para que adquira conhecimento e percepção de que aquilo que cometeu seja errado, um mal cometido injustamente contra seu próximo e não afasta a possibilidade de novas reincidências.

(...) - na ausência de serviços de saúde mental, tratamentos para dependentes químicos, intervenção sobre violência doméstica e outro tipo de assistência social para si mesmas e seus parceiros – visivelmente tomam o sistema da justiça criminal como uma intervenção protetora em seus relacionamentos com homens difíceis ou perigosos. (...) apelo às instituições penais como único recurso para obter um “alívio” paradoxal para os sérios problemas que ameaçavam sua segurança, saúde e casamento⁸⁴.

Muitas vezes, dada à prisão em flagrante do agressor, este é detido nas delegacias de Polícia ou encaminhado para Centros de Triage localizados nas Penitenciárias do Estado e lá permanece como muitos outros, até o julgamento de uma primeira audiência, pagamento de fiança, pedido de Habeas Corpus, ou outros meios que ensejem sua soltura. Tendo esta fase colaborado para a prisão do autor, muitos dos que ficam nestes lugares não aquiescem sentimentos bons e perpetuadores de novas transformações: no mais funciona como escola, ensino e aprendizagem para novas situações de violência. “Enviado para casa sem tratamento para a droga, sem perspectiva de emprego ou outra reabilitação, com certeza irá estilhaçar sua boa reputação em pouco tempo⁸⁵”. Realmente a prisão do acusado de violência doméstica não vem a contribuir para a relação do casal, não é com a prisão do companheiro que se adquirem novas perspectivas para o relacionamento, novas chances de começar uma vida nova. Não pode haver mudança com base em uma prisão, esta só contribuirá, no mais das vezes, para aprofundar sentimentos de raiva, rancor ou vingança. Não é esta a finalidade da lei; o que se deseja é erradicar a violência, mas ao mesmo tempo preservar, restaurar e valorizar a família, principalmente quando existem filhos envolvidos na questão.

⁸³ PASINATO, W. Obra citada, p. 330.

⁸⁴ COMFORT, Megan. **Encarceramento em massa e transformações de relações amorosas nos Estados Unidos**. 2002. p. 235.

⁸⁵ COMFORT, Megan. Obra citada, p. 243.

4.1.2. Características do autor e acusado da violência contra a mulher

Dada a situação da violência doméstica perpetrada pelo companheiro-agressor, cabe estabelecer o cotidiano vivenciado pelo casal, situações envolvendo mulher, marido e filhos, problemas enfrentados pela família e que muitas vezes colaboram para atitudes violentas.

Não são raras as situações em que a família, em sua grande maioria, passa por dificuldades financeiras, econômicas e sociais; muitas famílias brasileiras sofrem desigualdades exorbitantes, o que vem a provocar, em muitos casos, a ruptura dos laços de solidariedade, união, afeto, compreensão, diálogo, e muitas vezes o amor.

Diante das mais variadas dificuldades ou injustiças, aquele sendo por vezes o mais fraco psicologicamente, podendo ser ou homem ou a mulher, por não admitir uma forma de mudança, acaba por exteriorizar atitudes de violência contra seus semelhantes; “O homem ou mulher violento(a), por outro lado, revela uma hipersensibilidade, mostrando-se facilmente insultado(a), ferido(a) em seus sentimentos ou enfurecido(a) com o que considera injustiças contra si⁸⁶.”

No desenrolar das situações cotidianas, muitas vezes, o homem, pai de família quando enfrenta circunstâncias indesejáveis, como: falta de dinheiro, desemprego, cobranças, falta de diálogo, relação com a família, problemas psicológicos ou de saúde acaba transportando todas as suas frustrações, angústias, inquietudes e insucessos para a família.

É quase sempre ao ente mais próximo que recaem frustrações ou inquietudes, e quase sempre, quem está mais próximo é a esposa, companheira, namorada, mãe, irmã ou qualquer daquela que venha a demonstrar algum resquício de inferioridade para o autor, “de fato os agressores são geralmente parentes, especialmente cônjuges, que se aproveitam da relação de confiança com as vítimas para perpetrarem a violência⁸⁷”.

Em difíceis situações, a mulher, cônjuge, companheira deveria ser a pessoa ideal, com quem o homem deveria compartilhar seus pensamentos, coisas boas do

⁸⁶ SOARES, Bárbara M. Enfrentando a violência contra a mulher. Orientações práticas para profissionais e voluntários (as). 2005, p. 40. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf> Acesso em 24/10/12.

⁸⁷ MORGADO, R. Obra citada, p. 312.

relacionamento, no entanto quando ocorre o inverso, é sobre ela que recaem agressões, ameaças e ofensas. É a mulher que muitas vezes suporta o fardo da relação, que muitas vezes enfrenta situações desagradáveis na família, seja com o marido, com os filhos, namorado ou irmãos. É ela quem sofre e, por vezes, omite situações humilhantes ou degradantes da relação.

Levando em conta as situações vivenciadas pelo casal, como brigas desavenças, infortúnios, tanto o homem como a mulher podem demonstrar e expor sentimentos colaboradores de discussões ou desavenças familiares.

Em alguns casos, tanto o homem quanto a mulher podem ser violentos e praticar agressões físicas ou verbais, por terem dificuldade de expressar seus sentimentos de forma respeitosa e civilizada. Estas são as típicas relações de conflito. Pode existir violência física e verbal, mas o que alimenta essa violência não é a desigualdade de poder. O que acontece, nos casos de conflito, é que a relação de amor acaba se transformando numa espécie de ringue de lutas e disputas recíprocas⁸⁸.

Tendo em vista os diversos casos de violência na família, em geral, percebe-se que o homem que pratica alguma forma de violência doméstica, comete-a muitas vezes quando está sofrendo ou padecendo de algum mal, inclusive frequentemente quando embriagado, drogado ou debilitado psicologicamente⁸⁹. “Muitos casos não são de “polícia”, mas de tratamento por dependência de drogas especialmente de álcool ou crack, e de transtornos psiquiátricos⁹⁰”.

⁸⁸ SOARES, B. **Enfrentando a violência contra a mulher**, p. 13. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf> acesso em 24/10/12.

⁸⁹ A psicopatologia, nesses últimos 10 anos, adquiriu conhecimentos que correspondem a 90% do que havia sido conhecido em toda história da humanidade em termos de neurofisiologia. Isso, evidentemente, repercutiu num substancial incremento sobre o entendimento acerca da pessoa humana e de seu comportamento. A despeito desse conhecimento que explodiu na última década, a maioria das pesquisas ou não encontrou uma associação entre doença mental e o risco de cometer crimes de violência, ou encontrou apenas uma discreta associação, estatisticamente não significativa. Por outro lado, os efeitos de álcool e drogas sim estariam associados à violência. Também pessoas portadoras de **Transtorno de Personalidade Anti-Social** estariam mais propensas ao crime (nem sempre violento e agressivo). Portanto, boa parte das pesquisas não encontrou diferença na prevalência da violência em doentes mentais sem abuso de substâncias, quando comparados com a população geral, sendo que o risco de violência em indivíduos da população geral com abuso de álcool ou drogas foi duas vezes maior do que em pacientes esquizofrênicos sem esse abuso. Finalmente, o maior risco de violência ocorre na combinação de **abuso de álcool e/ou drogas com transtorno de personalidade anti-social**. Ballone GJ, Ortolani IV - *Comportamento Violento* - in. PsiqWeb, Internet, disponível em www.psiqweb.med.br, revisto em 2005, acesso em 30/10/2012.

⁹⁰ QUADROS, Mariane Souza de Quadros. **Falta de estrutura transforma Maria da Penha em "faz-de-conta"**, alerta Juíza. Artigo on line disponível em: http://www.tjrs.jus.br/site_php/noticias/mostranoticia.php?assunto... Acesso em 17/10/12.

A maioria dos registros efetuados nas Delegacias de Polícia⁹¹ constata como consequências a concorrer para a violência, a embriaguez, a entorpecência, agravando-se, quando o indivíduo já é considerado dependente químico ou alcoolista - “De repente eu chego em casa e tudo tinha desaparecido. Então eu soube que ele tinha voltado ao crack⁹²”.

Infelizmente, quase sempre nestas situações degradantes da dignidade do ser humano, são cometidas iniquidades, agressões ou atrocidades, podendo ser com outros ou até mesmo para com aqueles que se amam. “Nós, da área criminal, sabemos quão frequente é a ligação entre o álcool, drogas e violência, inclusive a doméstica⁹³.”

Ante as peculiaridades vivenciadas pela mulher e o homem nas relações, podendo ser aquelas estruturais de formação do ser humano, como por exemplo, a falta de um mínimo de instrução considerada em muitos casos sob o nível de escolaridade do agressor, observa-se que a maioria não concluiu o ensino fundamental, e sua maior parte exerce profissão do terceiro setor, ligada a construção civil, como pedreiro, servente e outras⁹⁴.

As especificidades, não apenas das condições concretas de sobrevivência destes grupos, mas também dos referenciais originários de diferentes tradições culturais, fazem com que os valores machistas disseminados pelo conjunto da sociedade adquiram significados próprios e peculiares nas

⁹¹ A disposição para exercer trabalho neste órgão, como soldado da Polícia Militar, no ano de 2007 a 2011, nos vários boletins de ocorrência e situações de flagrante delito 99% destas o autor perpetrador da violência sempre estava embriagado ou drogado, condição que na maioria das vezes agrava sua situação. Muitas vezes as vítimas relatavam ser o companheiro dependente químico e pela condição financeira, não tinham condições de arcar com o vício, diante disto para arrecadar, conseguir dinheiro para consumir a droga faziam de tudo, como por exemplo, furtar objetos da residência do casal, roubar dinheiro da bolsa da esposa, vender roupas, sapatos, eletrodomésticos, brinquedos dos filhos e até mesmo, sendo capaz em algumas situações de ameaçar com armas de fogo, armas brancas como facas, canivetes, pedaços de pau ou outros; a companheira, a mãe ou pai, a irmã, a sogra ou qualquer dos parentes que estivessem em seu caminho e tentassem impedi-lo de fazer uso ou consumo de drogas.

⁹² COMFORT, M. Obra citada, p. 236.

⁹³ KATO, Shelma L. Obra citada, p. 276.

⁹⁴ Na 6ª Jornada Maria da Penha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi apresentado resultado de uma pesquisa - “Violência doméstica contra a mulher: dados estatísticos da Vara Especializada da Comarca de São Luís” – os dados levantados constataram: “Os homens que agredem as mulheres têm entre 35 e 43 anos (31%) predominantemente. A faixa entre 44 e 52 anos corresponde a 16%, seguida pelos com idade entre 18 e 25 anos (13%). Pedreiros, autônomos, auxiliares de pedreiro, motorista, mecânico e vigilante são os profissionais que mais agredem as mulheres, revela a pesquisa.” Gilson Luiz Euzébio, disponível em: www.cnj.jus.br/ng7c acesso em 19/11/2012.

relações afetivas e/ou sexuais vivenciadas por homens e mulheres populares⁹⁵.

Desta forma, em geral devido ao nível de conhecimento, instrução, modo de vida, situação econômica e financeira, condição física e psíquica muitos dos homens que agredem suas companheiras não têm conhecimento pleno da lei, principalmente de suas consequências.

Ainda que a violência e a discriminação contra a mulher esteja atrelada ao modelo patriarcal, marcado por simbolismos desagregadores da convivência familiar ou diante das diversas dificuldades econômicas e financeiras, os envolvidos nas mais variadas situações de mal estar físico e psicológico estão propensos aos perigos que rodeiam a relação.

A superação é um meio encontrado por muitos, de modo a levantar seus problemas, passar a questioná-los e buscar seu abrandamento ou sua eliminação; atribuído a cada ente familiar procurar e solicitar ajuda para suas demandas de modo a enfrentar, contribuir juntos através do diálogo entre o casal e a família e não através da violência que se encontraram caminhos seguros, vislumbradores de novas perspectivas familiares.

⁹⁵ ENGEL, Magali Gouveia. **Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)**. Discursos sediciosos. 2000, p. 308.

5. VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E AUTOESTIMA DA MULHER E DA FAMÍLIA

Cabe ponderar que acabar com a violência doméstica não é uma tarefa fácil, contudo, existem meios eficientes para que se possam se não cessá-la, ao menos minimizá-la nas relações sociais.

Estes meios podem se dar pelas bases de estruturação do ser humano focada na valorização, educação e autoestima de cada ente que compõe o núcleo familiar, principalmente a mulher vítima da violência doméstica. Para isto, é preciso que a mulher tenha a consciência do nível da relação. A que ponto chegou? E até onde pretende levá-la? É preciso analisar a situação dos filhos do casal, a situação psíquica e comportamental do marido ou companheiro, e assim estabelecer novas perspectivas de enfrentamento às situações de violência familiar.

Para o movimento de mulheres e feministas, por exemplo, este fortalecimento deve passar pela autoconsciência e o reconhecimento da situação de opressão sob a qual se encontram como forma de construir estratégias e adquirir habilidades que as ajudem na conquista da autonomia e liberdade.

(...)

Nos casos de violência nas relações conjugais, para algumas pode significar a possibilidade de construir uma nova vida longe do parceiro agressor e fora da relação violenta. Para outras, ao contrário, o fortalecimento significaria a possibilidade de mudar a situação acabando com a violência sem ter que romper com a relação⁹⁶.

O que pretendemos ao inferir a autoestima da mulher é no aspecto da mulher reconhecer-se como ser humano digno de ascensão tanto no nível familiar, como no nível profissional, capaz de reconhecer situações degradantes da relação, situações humilhantes tanto para si como para a família, principalmente aos filhos, com capacidade de enfrentar e constituir novos patamares para superação de seus problemas.

É a mulher, gênero visto pela lei como depositária da proteção do Estado, contudo também é a mulher gênero da relação que admitirá e proporá uma nova mudança, seja ela através da lei, procurando seus direitos e garantias ou através de um novo pensamento, de novas perspectivas, colocando um basta na relação violenta.

⁹⁶ PASINATO, W. Obra citada, p. 349.

O investimento continuado, realizado através de serviços de apoio de qualidade, por exemplo, pode fortalecer nas mulheres um sentimento que julgamos fundamental para alicerçar o enfrentamento, com vistas à ruptura, das relações de violência: a auto-estima⁹⁷.

Somente quando a mulher e o homem reconhecerem-se como seres humanos aptos e capazes de transformar a relação é que se encontrarão condições seguras de um relacionamento baseado na igualdade ou diferença em cada um dos entes que compõem o núcleo familiar. Para isto, é preciso que cada um dos integrantes proporcione e visualize novas condições que assegurem o pleno reconhecimento da pessoa como apta a receber todo o apoio da família em situações difíceis, delicadas ou que impliquem novos caminhos para as relações domésticas.

No aspecto da lei em indicar atendimento integral e multidisciplinar, programas centrados na valorização da família em cada um dos entes que compõe o conjunto familiar, é animador e terias seus efeitos positivos senão passasse de uma fábula na vida real, muitos de nós sabemos que existem estabelecimentos de assistência social, psicológica, clínicas de internamentos para dependentes químicos ou alcoólatras, porem nem todos tem acesso, e daqueles que o têm, não há um acompanhamento rigoroso de assistência para a família nestas situações.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

- I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

É inovador o dispositivo trazido pela lei n. 11.340/2006, porem carece de legitimidade concreta baseada na convicção do Poder Público em implantar políticas públicas e sociais, repassando recursos financeiros para a criação e disponibilidade dos órgãos de assistência para aqueles que necessitam.

⁹⁷ MORGADO, R. Obra citada, p. 336.

Entendemos que, a despeito do texto final da lei, a adoção das políticas de proteção à mulher vítima de violência, e, por consequência, a implantação de todos os equipamentos que possibilitem sua efetiva aplicação, não se constitui em mera faculdade concedida ao administrador.

(...)

Afinal, não nos esquecemos do teor do § 1º do art. 3º da lei em exame, segundo o qual “o poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão⁹⁸”.

Assim sendo é necessário que o Poder Público disponha de recursos e coloque a disposição da mulher mecanismos necessários para busca e auxílio de seus problemas. A assistência social e psicológica focada nos programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica é fundamental para reestruturar a família, contribui qualitativamente para que a mulher possa a partir de acompanhamentos, informações e auxílio procurar novos caminhos para a relação, novas bases para o relacionamento em família, adquirir consciência de gênero baseada na igualdade e o retorno à normalidade do bem comum da vida.

⁹⁸ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. Obra citada, p. 44.

6. CONCLUSÃO

A violência doméstica como problema da realidade social de muitas mulheres brasileiras, tem sido cada vez mais questionada por vários setores da sociedade, de forma que não só a discriminação como a subordinação da mulher tem influenciado significativamente para o Poder Público implementar políticas que ponham fim as relações de hierarquia e poder na vida doméstica e familiar.

A novidade legislativa lançada por meio da lei “Maria da Penha”, a lei que veio para erradicar todas as formas de violência contra a mulher, tenta fortalecer por meio de políticas públicas de proteção para a mulher, uma cultura focada na valorização da mulher e extermínio da violência.

A lei, desta forma, estabeleceu ao autor, perpetrador da violência contra a mulher, por meio da utilização do direito penal, punição significativa para fazer cessar meios contrários à dignidade da mulher, abarcando o tratamento necessário para acabar com a violência.

Das manifestações contrárias a violência de gênero fez surgir no país uma preocupação com a violência, destacando papel importante para ações da mídia, que até então vinha relegando à mulher papéis subordinados e discriminadores nas relações interpessoais.

Teve papel relevante à adoção definitiva da ação penal incondicionada, que, todavia, anteriormente nas mãos da mulher condicionada a sua vontade, era instrumento de não ação e desistência da persecução penal para o autor em muitos casos.

O Supremo Tribunal Federal por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade estabeleceu e julgou a não aplicação de mecanismos presentes na Lei n. 9099/95, utilizada para crimes de menor potencial ofensivo, bem como a incondicionalidade da ação, devolvendo ao Ministério Público, o representante e detentor da ação penal pública, único legítimo a iniciar a persecução penal dos perpetradores de violência contra a mulher.

Das questões que implicaram a utilização da lei n. 11.340/2006 a lei “Maria da Penha” nos casos de violência doméstica tem se destacado o aumento no número de casos da violência manifestada em todos os lugares e classes da

sociedade, para tanto é fato que as Delegacias de polícia e os Juizados especializados na proteção da mulher, contra a violência doméstica, passaram a contar com um grande numero de casos; mais e mais mulheres cientes da proteção proposta pela lei e a rigor, obrigação do Poder Público, têm buscado por meio dos órgãos de assistência a proteção necessária para fazer cessar a violência na família.

Da violência contra a mulher e da adoção do Direito Penal como legítimo a intervir na demanda, surge para os casos de violência doméstica um novo sistema, a utilização de práticas restaurativas de mediação, conciliação, negociação e outras possibilidades através do dialogo comunicativo entre as partes a fim de gerirem seus conflitos.

Dentre as violências, discriminações e opressões vivenciadas pelo gênero destacam-se para o homem, bem como para mulher, a possibilidade por meio da autoestima e valorização de novas formas de saída ou mudança da relação violenta.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher: a soberania patriarcal. Instituto Carioca de Criminologia. **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade. Editora Revan. Ano 7, nº 11, 1º semestre de 2002, p. 167-185.

ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. **História da Vida Privada Vol. 1. Do Império Romano ao Ano Mil**. Organização: Paul Veyne. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

BALLONE GJ, Ortolani IV, Moura EC - **Violência Doméstica** - in. **PsiquWeb**, Internet, disponível em www.psiqweb.med.br, revisto em 2008. Acesso em 19/11/12.

BARBARINE, Muriel. **Paraná terá cinco novas varas de Justiça para casos de violência contra a mulher**. Disponível em www.defensoriapublica.pr.gov.br Acesso em 08/08/12.

BOCAYUVA, Helena. Clara dos anjos, o “gênero” e o “nervoso”. Instituto Carioca de Criminologia. **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade. Editora Revan. Ano 7, nº 11, 1º semestre de 2002. p. 25-35.

BOOKMARK RJ ONLINE. Restorative Justice online. **Applying restorative justice in domestic violence: Web Resources**. Disponível em: <http://www.restorativejustice.org/editions/2003/September/domesticviolence> Acesso em: 06/12/2012

BOZZA, Fábio da Silva. Uma análise crítica da prevenção geral positiva no funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs. IBCCRIM. Revista Brasileira de Ciências Criminais 64. Editora Revista dos Tribunais. 2007. p. 41-70.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum: acadêmico de direito / Anne Joyce Angher, organização. – 12. ed. - São Paulo : Rideel, 2011. – (Série Vade Mecum 2011).

_____. **Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848/1940**. Vade Mecum: acadêmico de direito / Anne Joyce Angher, organização. – 12. ed. - São Paulo : Rideel, 2011. – (Série Vade Mecum 2011).

_____. **Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.931/1941.** Vade Mecum: acadêmico de direito / Anne Joyce Angher, organização. – 12. ed. - São Paulo : Rideel, 2011. – (Série Vade Mecum 2011).

_____. **Lei 11.340 de sete de agosto de 2006:** *“Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.* Vade Mecum: acadêmico de direito / Anne Joyce Angher, organização. – 12. ed. - São Paulo : Rideel, 2011. – (Série Vade Mecum 2011).

BRASIL, 500 anos em documentos. O primeiro manifesto das mulheres brasileiras. (org.) Ivan Alves Filho – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do direito penal. **Discursos sediciosos:** crime, direito e sociedade. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro, 2000. p. 203-218.

CAMPOS, Carmem Hein de. Lei Maria da Penha: mínima intervenção punitiva, máxima intervenção social. IBCCRIM. **Revista Brasileira de Ciências Criminais** 64. Editora Revista dos Tribunais. 2007, p. 244-267.

COMFORT, Megan. Encarceramento em massa e transformação de relações amorosas nos Estados Unidos. Instituto Carioca de Criminologia. **Discursos sediciosos:** crime, direito e sociedade. Editora Revan. Ano 7, nº 11, 1º semestre de 2002, p. 233-260.

COMUNICAÇÃO SOCIAL SEPPIR/PR. **Rede Globo responde à sugestão da ministra Iriny Lopes para cenas de violência contra mulher na novela "Fina Estampa".** Disponível em <<http://www.seppir.gov.br>> Acesso em 28/08/12.

COSTA, Francisco Pereira (Org.). Lei **Maria da Penha: aplicação e eficácia no combate à violência de gênero.** Rio Branco-AC : Edufac, 2008. 110p.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga.** São Paulo: Editora das Américas S.A. – Edameris, 1961. Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros, 2006 – Numa-Denys, Fustel de Coulanges.

CUNHA, Rogério Sanches. **Violência doméstica (Lei Maria da Penha): Lei 11.340/2006**. Comentada artigo por artigo / Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. A efetividade da Lei Maria da Penha. IBCCRIM. **Revista Brasileira de Ciências Criminais 64**. Editora Revista dos Tribunais. 2007. p. 297-312.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luiz. **A racionalidade das leis penais**: teoria e prática / José Luiz Díez Ripollés; tradução de Luiz Regis Prado. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 99-127.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro, 2000. p. 303-316.

EUZÉBIO, Gilson Luiz. **Agencia CNJ de notícias**. Juiz afirma que ameaças são principal tipo de violência contra mulheres. Disponível em: www.cnj.jus.br/ng7c. Acesso em 19/11/2012.

FREIRE, Nilcéa. A paz começa em casa – íntegra. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico/>. Acesso em 24/07/ 2012.

FREIRE, Silvia. **Folha de S. Paulo**. Procuradora é morta a facadas em condomínio de luxo em Minas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1042960-procuradora-e-morta-a-facadas-em-condominio-de-luxo-em-minas.shtml> Acesso em 11/09/12.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em 30/08/2012.

GÜNTER, Klaus. “Crítica da Pena – I”. **Revista Direito GV 4**, v. 2, n. 2, jul.dez. 2006, p.187-204.

_____. “Crítica da Pena – II”. **Revista Direito GV 5**, v. 3, n. 1, jan.jun.2007, p. 137-150.

HAMDAR, Lina. Força-Tarefa vai punir agressores de mulheres no PR. **Jornal Metro**, Curitiba, 5. Set. 2012, p. 04.

KATO, Shelma Lombardi de. Lei Maria da Penha: uma lei *constitucional* para enfrentar a violência doméstica e construir a difícil igualdade de gênero. IBCCRIM. **Revista Brasileira de Ciências Criminais** 64. Editora Revista dos Tribunais. 2007. p. 266-296.

MORGADO, Rosana. **Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento**. In: GONÇALVES, H.S. e BRANDÃO. E. (Org.). Psicologia Jurídica no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2006, v., p.309-339.

O DEBATE – Portal de notícias. **Lei Maria da Penha faz 6 anos com 329 mil denúncias**. Disponível em: <http://www.odebate.com.br/direitos-deveres/lei-maria-da-penha-faz-6-anos-com-329-mil-denuncias-07-08-2012.html> Acesso em 04/09/12.

PALERMO, Pablo Galain. “Mediação penal como forma alternativa de resolução de conflitos: a construção de um sistema penal sem juízes”. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 91, 2011, São Paulo: Revista dos Tribunais.

PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão. IBCCRIM. **Revista Brasileira de Ciências Criminais** 64. Editora Revista dos Tribunais. 2007, p. 321-360.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, Andre. **Teoria da Pena e Execução Penal: uma introdução crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

QUADROS, Mariane Souza de Quadros. **Falta de estrutura transforma Maria da Penha em "faz-de-conta", alerta Juíza**. Artigo online disponível em http://www.tjrs.jus.br/site_php/noticias/mostranoticia.php?assunto=1&categoria=1&item=76851&voltar=S. Acesso em 17/10/12.

RONCAGLIO, Cynthia. Relações de gênero, espaço público e feminismo. In: **Mulheres na História**: Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Departamento de História, 1997, p. 63-76.

ROXIN, Claus. “Sentido e Limites da Pena Estatal”. **Problemas fundamentais de direito penal**. Trad. Ana Paula dos Santos Natscheradetz. Lisboa: Vega, 1986, p. 15-47.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do Gênero na Antropologia e para além dela. Brasília: **Revista Estado e Sociedade**, 1998.

SICA, Leonardo. “Bases para o modelo brasileiro de justiça restaurativa”. **De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 12, p. 411-447, jan./jun. 2009.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**–Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (as). Brasília. Bárbara M. Soares p. 40. Disponível: <HTTP://www.sepm.gov.br/publicacoesest/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf> Acesso em 24/10/12 .

SOLIZ, Neusa. **A mulher no século XXI: um estudo de caso, a Alemanha / organização e tradução de Neusa Soliz**. – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Instituto Goethe, 1988.

SUCUPIRA, Fernanda – Carta Maior. **Sancionada nova lei de combate à violência contra a mulher**, 2006. Disponível em: www.cartamaior.com.br Acesso em 31/08/12.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 11.ed. ver. E amp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

YAHOO NOTÍCIAS. **Ministra dá pitacos em novela “Fina Estampa”**. Disponível em: <http://br.omg.yahoo.com/noticias/ministra-d%C3%A1-pitacos-novela-fina-estampa-121200205.html> Acesso em 28/08/12.

ZAPATERO, Luís Arroyo. El Derecho penal español y la violencia de gênero en la pareja. IBCCRIM. **Revista Brasileira de Ciências Criminais** 64. Editora Revista dos Tribunais. 2007.

8. DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALVIM, Marcia. Monografia Jurídica. (Coord.) Fábio V. Figueiredo, Fernando Castellani e Marcelo T. Cometti. **Sínteses Organizadas Saraiva** nº 1 – 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica** / Eduardo de Oliveira Leite. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. – (Série métodos em direito – v.1).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMAS DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentação de documentos científicos**; 1. 2ª edição. Editora UFPR. Curitiba, 2007.